

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	146.000
Preferenciais	0
Total	146.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/03/2012	Dividendo	30/04/2012	Ordinária		0,01460

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.016.347	1.856.014
1.01	Ativo Circulante	305.588	333.759
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	886	14.241
1.01.02	Aplicações Financeiras	13.409	26.523
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	13.409	26.523
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	13.409	26.523
1.01.03	Contas a Receber	30.037	26.264
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	30.037	26.264
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	2.954	1.239
1.01.03.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	26.997	24.942
1.01.03.02.03	Outros créditos	86	83
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.654	6.066
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.654	6.066
1.01.07	Despesas Antecipadas	392	121
1.01.07.01	Despesas de exercícios seguintes	392	121
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	254.210	260.544
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	254.210	260.544
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	254.210	260.544
1.02	Ativo Não Circulante	1.710.759	1.522.255
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	89.501	71.539
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	89.352	71.390
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	89.352	71.390
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	149	149
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	149	149
1.02.02	Investimentos	1.537.403	1.374.556
1.02.02.01	Participações Societárias	1.537.403	1.374.556
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.537.403	1.374.556
1.02.03	Imobilizado	10.522	10.704
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.522	10.704
1.02.04	Intangível	73.333	65.456
1.02.04.01	Intangíveis	73.333	65.456

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.016.347	1.856.014
2.01	Passivo Circulante	413.986	108.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.298	958
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.298	958
2.01.02	Fornecedores	991	568
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	991	568
2.01.03	Obrigações Fiscais	89	89
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	89	89
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.370	39.928
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.887	4.726
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.887	4.726
2.01.04.02	Debêntures	36.425	35.144
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	58	58
2.01.05	Outras Obrigações	338.238	66.934
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.019	39.070
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	37.019	39.070
2.01.05.02	Outros	301.219	27.864
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	2.133
2.01.05.02.04	Contratos de Aquisição de Ativos	0	21.498
2.01.05.02.05	Notas Promissórias	299.448	0
2.01.05.02.06	Outras obrigações	1.771	4.233
2.02	Passivo Não Circulante	235.989	386.995
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	196.889	369.974
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.849	23.552
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.849	23.552
2.02.01.02	Debêntures	175.977	346.331
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	63	91
2.02.02	Outras Obrigações	10.250	10.250
2.02.02.02	Outros	10.250	10.250
2.02.02.02.03	Contratos de Aquisição de Ativos	10.250	10.250
2.02.04	Provisões	28.850	6.771
2.02.04.02	Outras Provisões	28.850	6.771
2.02.04.02.04	Provisão sobre Passivo a Descoberto de Subsidiárias	28.850	6.771
2.03	Patrimônio Líquido	1.366.372	1.360.542
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	-5.369	-6.566
2.03.02.04	Opções Outorgadas	6.722	5.525
2.03.02.07	Ágio em transações de capital	-12.091	-12.091
2.03.04	Reservas de Lucros	187.409	146.331
2.03.04.01	Reserva Legal	2.713	2.713
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	184.696	143.618
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	671.353	707.798

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.364	27.415	9.182	27.245
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.979	-13.518	-6.896	-14.147
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.465	-4.230	-2.056	-5.023
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.645	-4.291	-2.203	-4.359
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.129	-3.518	-1.910	-3.312
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-124	-247	-118	-231
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-616	-1.232	-609	-1.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	99	2.373	79	186
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.516	38.560	15.999	41.206
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.364	27.415	9.182	27.245
3.06	Resultado Financeiro	-7.993	-22.782	-9.983	-19.562
3.06.01	Receitas Financeiras	8.240	8.620	1.182	2.354
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.233	-31.402	-11.165	-21.916
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.357	4.633	-801	7.683
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.357	4.633	-801	7.683
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.357	4.633	-801	7.683
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,07094	0,03173	-0,00549	0,05262
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,07092	0,03173	-0,00549	0,05262

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.786	-36.445	-17.808	-34.511
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.786	-36.445	-17.808	-34.511

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.099	7.960
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.565	-19.764
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	4.633	7.683
6.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	247	231
6.01.01.03	Amortização do Intangível	36	26
6.01.01.04	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	0	1.170
6.01.01.05	Amortização do Ágio sobre Investimentos	1.196	1.196
6.01.01.06	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	27.302	16.531
6.01.01.07	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-4.616	-6.251
6.01.01.08	Pagamento Baseado em Ações	1.197	856
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	-38.560	-41.206
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.466	27.724
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-120.805	-51.841
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-196.373	-105.922
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	84.742	77.990
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-65	-2.261
6.02.04	Adições ao Intangível	-9.109	-21.648
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	108.549	221.718
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-2.133	-7.382
6.03.02	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-13.021	51.829
6.03.03	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	15.074	41.020
6.03.04	Juros Pagos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-2.376	0
6.03.05	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	7.893
6.03.06	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	332.250	224.626
6.03.07	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-164.675	-62.528
6.03.08	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-56.570	-33.740
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.355	177.837
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.241	2.952
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	886	180.789

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.197	0	0	0	1.197
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.197	0	0	0	1.197
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.633	0	4.633
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.633	0	4.633
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.078	-4.633	-36.445	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.918	-20.918	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	15.527	-15.527	0
5.06.05	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	41.078	-41.078	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	-5.369	187.409	0	671.353	1.366.372

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	512.979	3.380	78.844	0	775.616	1.370.819
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	83	0	83
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	3.380	78.844	83	775.616	1.370.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	856	0	0	0	856
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	856	0	0	0	856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.683	0	7.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.683	0	7.683
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.277	-7.766	-34.511	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.882	-21.882	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	12.629	-12.629	0
5.06.05	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	42.277	-42.277	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	4.236	121.121	0	741.105	1.379.441

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	38.818	34.697
7.01.02	Outras Receitas	38.818	34.697
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	36.445	34.511
7.01.02.02	Outras Receitas	2.373	186
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.918	-4.918
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.918	-4.918
7.03	Valor Adicionado Bruto	34.900	29.779
7.04	Retenções	-1.479	-1.453
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.479	-1.453
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.421	28.326
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.180	43.560
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	38.560	41.206
7.06.02	Receitas Financeiras	8.620	2.354
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	80.601	71.886
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	80.601	71.886
7.08.01	Pessoal	7.041	6.963
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.513	6.552
7.08.01.02	Benefícios	395	287
7.08.01.03	F.G.T.S.	133	124
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	814	838
7.08.02.01	Federais	785	810
7.08.02.02	Estaduais	3	3
7.08.02.03	Municipais	26	25
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.668	21.891
7.08.03.01	Juros	31.402	21.741
7.08.03.02	Aluguéis	266	150
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.633	7.683
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.633	7.683
7.08.05	Outros	36.445	34.511
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	36.445	34.511

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.628.299	3.403.687
1.01	Ativo Circulante	311.026	297.433
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	127.418	141.937
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.095	55.533
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	49.095	55.533
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	49.095	55.533
1.01.03	Contas a Receber	55.221	48.138
1.01.03.01	Clientes	52.164	45.402
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.057	2.736
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	3.057	2.736
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.260	8.071
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.260	8.071
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.182	4.324
1.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	7.182	4.324
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	60.850	39.430
1.01.08.03	Outros	60.850	39.430
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	53.490	34.330
1.01.08.03.02	Outros Créditos	7.360	5.100
1.02	Ativo Não Circulante	3.317.273	3.106.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	702.560	698.455
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.060	50
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	1.060	50
1.02.01.03	Contas a Receber	957	957
1.02.01.03.01	Clientes	957	957
1.02.01.06	Tributos Diferidos	46.031	33.212
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.031	33.212
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.602	1.875
1.02.01.07.01	Despesas de Exercícios Seguintes	1.602	1.875
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	16.888	9.642
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	16.888	9.642
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	636.022	652.719
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	631.880	648.951
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.608	1.429
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	2.505	2.310
1.02.01.09.05	Outros Créditos	29	29
1.02.02	Investimentos	11.089	35
1.02.02.01	Participações Societárias	11.089	35
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	11.047	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	42	35
1.02.03	Imobilizado	1.403.726	1.236.201
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.403.726	1.236.201
1.02.04	Intangível	1.199.898	1.171.563
1.02.04.01	Intangíveis	1.199.898	1.171.563

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.628.299	3.403.687
2.01	Passivo Circulante	847.946	495.769
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.616	13.025
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.616	13.025
2.01.02	Fornecedores	61.007	57.647
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.007	57.647
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.058	23.622
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.058	23.622
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	423.012	341.631
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	168.337	118.331
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	145.293	96.947
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	23.044	21.384
2.01.04.02	Debêntures	247.699	216.951
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.976	6.349
2.01.05	Outras Obrigações	317.911	52.297
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.721	5.589
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.721	5.589
2.01.05.02	Outros	312.190	46.708
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.399
2.01.05.02.04	Contratos de Aquisição de Ativos	1.000	21.498
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	818	1.495
2.01.05.02.06	Notas Promissórias	299.448	0
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	10.924	13.316
2.01.06	Provisões	8.342	7.547
2.01.06.02	Outras Provisões	8.342	7.547
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	8.342	7.547
2.02	Passivo Não Circulante	1.414.020	1.547.376
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	629.508	734.792
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	147.224	215.334
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	89.618	151.181
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	57.606	64.153
2.02.01.02	Debêntures	470.086	500.972
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.198	18.486
2.02.02	Outras Obrigações	25.420	30.267
2.02.02.02	Outros	25.420	30.267
2.02.02.02.03	Contratos de Aquisição de Ativos	10.250	10.250
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.572	4.501
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	8.526	8.908
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	3.072	6.608
2.02.03	Tributos Diferidos	351.051	366.477
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	351.051	366.477
2.02.04	Provisões	30.371	27.433
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.934	720
2.02.04.02	Outras Provisões	28.437	26.713
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	28.437	26.713

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	377.670	388.407
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	377.670	388.407
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.366.333	1.360.542
2.03.01	Capital Social Realizado	512.979	512.979
2.03.02	Reservas de Capital	-5.369	-6.566
2.03.02.04	Opções Outorgadas	6.722	5.525
2.03.02.07	Ágio em transações de capital	-12.091	-12.091
2.03.04	Reservas de Lucros	187.409	146.331
2.03.04.01	Reserva Legal	2.713	2.713
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	184.696	143.618
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	671.353	707.798
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-39	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	198.333	403.697	141.483	308.849
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-148.539	-288.197	-91.162	-194.804
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-9.711	-21.964	-14.651	-30.760
3.02.02	Custo de Manutenção - IAS 37	0	-1.665	-2.852	-3.373
3.02.03	Custo de Construção	-34.265	-62.985	-5.469	-34.005
3.02.04	Operação Portuária	-14.263	-32.158	-16.418	-28.159
3.02.05	Operação de Cabotagem	-23.602	-41.647	-1.262	-1.262
3.02.06	Custo com Pessoal	-17.721	-34.015	-12.168	-21.605
3.02.07	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-3.266	-7.066	-2.910	-5.167
3.02.08	Depreciação do Imobilizado (Mais Valia)	-9.521	-19.043	-6.660	-13.924
3.02.09	Amortização do Intangível (Custo)	-18.207	-33.577	-14.476	-27.921
3.02.10	Amortização do Intangível (Mais Valia)	-14.737	-27.661	-11.695	-23.001
3.02.11	Obrigações da Concessão	-3.246	-6.416	-2.601	-5.627
3.03	Resultado Bruto	49.794	115.500	50.321	114.045
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.416	-50.692	-36.200	-62.909
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.777	-56.524	-36.250	-63.757
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-12.165	-23.478	-18.734	-31.672
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-5.553	-8.600	-3.769	-7.772
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-9.330	-17.599	-10.071	-17.988
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado (Custo)	-1.683	-2.839	-1.622	-2.593
3.04.02.05	Depreciação do Imobilizado (Mais Valia)	-916	-1.831	-847	-1.611
3.04.02.06	Amortização do Intangível	-1.130	-2.177	-1.207	-2.121
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.361	5.832	50	848
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.378	64.808	14.121	51.136
3.06	Resultado Financeiro	-40.109	-68.405	-23.003	-47.391
3.06.01	Receitas Financeiras	8.571	10.670	5.282	8.935
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.571	10.670	1.910	3.600
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa, Líquida	0	0	3.372	5.335

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.680	-79.075	-28.285	-56.326
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-37.063	-70.803	-28.285	-56.326
3.06.02.02	Varição Cambial Passiva, Líquida	-11.617	-8.272	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-19.731	-3.597	-8.882	3.745
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.777	-1.134	4.877	-2.051
3.08.01	Corrente	-14.578	-31.543	-8.702	-20.044
3.08.02	Diferido	19.355	30.409	13.579	17.993
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.954	-4.731	-4.005	1.694
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	4.573	9.340	1.318	1.917
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	4.573	9.340	1.318	1.917
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-10.381	4.609	-2.687	3.611
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.391	4.590	-333	8.252
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	10	19	-2.354	-4.641
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.786	-36.445	-17.808	-34.511
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-18.786	-36.445	-17.808	-34.511
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-18.786	-36.445	-17.808	-34.511

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	101.246	120.871
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	136.521	114.248
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	4.590	8.252
6.01.01.02	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-3	14
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-30.409	-17.993
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	30.779	23.295
6.01.01.05	Amortização do Intangível	63.415	53.043
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	13.479	12.634
6.01.01.07	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	62.667	41.455
6.01.01.08	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-705	0
6.01.01.09	Provisão para Contingências, líquidas de baixas e reversões	1.214	-187
6.01.01.10	Pagamento Baseado em Ações	1.197	856
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial - Participações a Comercializar	-9.340	-1.917
6.01.01.12	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-382	-563
6.01.01.13	Participação de Acionistas não Controladores	19	-4.641
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.275	6.623
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-296.912	-180.632
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-6.554	-7
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	0	7.988
6.02.03	Aquisição de Bens do Imobilizado	-201.210	-49.795
6.02.04	Adições ao Intangível	-89.148	-138.818
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	181.147	220.365
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-10.399	-7.382
6.03.02	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	15.074	0
6.03.03	Captações através de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias	563.037	428.479
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-314.065	-151.051
6.03.05	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-72.500	-49.681
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.519	160.604
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.937	60.689
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	127.418	221.293

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	-6.566	146.331	0	707.798	1.360.542	0	1.360.542
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	43	0	43	0	43
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	-6.566	146.331	43	707.798	1.360.585	0	1.360.585
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.197	0	0	0	1.197	0	1.197
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.197	0	0	0	1.197	0	1.197
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.590	0	4.590	19	4.609
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.590	0	4.590	19	4.609
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.078	-4.633	-36.445	0	-58	-58
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.918	-20.918	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	15.527	-15.527	0	0	0
5.06.05	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	41.078	-41.078	0	0	0	0
5.06.06	Adições de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-58	-58
5.07	Saldos Finais	512.979	-5.369	187.409	0	671.353	1.366.372	-39	1.366.333

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.979	3.380	78.463	0	775.616	1.370.438	37.077	1.407.515
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-105	0	-105	294	189
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.979	3.380	78.463	-105	775.616	1.370.333	37.371	1.407.704
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	856	0	0	0	856	0	856
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	856	0	0	0	856	0	856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.252	0	8.252	-4.641	3.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.252	0	8.252	-4.641	3.611
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.658	-8.147	-34.511	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	21.882	-21.882	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	12.629	-12.629	0	0	0
5.06.05	Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	0	0	42.658	-42.658	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	512.979	4.236	121.121	0	741.105	1.379.441	32.730	1.412.171

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	478.638	370.791
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	373.648	299.941
7.01.02	Outras Receitas	104.987	70.836
7.01.02.01	Receita de Construção	63.081	34.005
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	36.445	34.511
7.01.02.03	Outras Receitas	5.461	2.320
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3	14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160.931	-107.494
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.467	-49.739
7.02.04	Outros	-117.464	-57.755
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-54.479	-23.629
7.02.04.02	Custos de Construção	-62.985	-34.005
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	0	-121
7.03	Valor Adicionado Bruto	317.707	263.297
7.04	Retenções	-94.194	-76.338
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-94.194	-76.338
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	223.513	186.959
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.670	3.600
7.06.02	Receitas Financeiras	10.670	3.600
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	234.183	190.559
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	234.183	190.559
7.08.01	Pessoal	54.816	40.989
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.672	32.870
7.08.01.02	Benefícios	5.055	5.975
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.549	1.656
7.08.01.04	Outros	540	488
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.876	61.396
7.08.02.01	Federais	22.734	47.327
7.08.02.02	Estaduais	2.171	574
7.08.02.03	Municipais	13.971	13.495
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	90.097	51.969
7.08.03.01	Juros	79.075	42.873
7.08.03.02	Aluguéis	4.576	4.500
7.08.03.03	Outras	6.446	4.596
7.08.03.03.01	Remuneração do Poder Concedente	6.416	5.627
7.08.03.03.02	Outras	30	-1.031
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.609	-223
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.590	-4.864
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	19	4.641
7.08.05	Outros	45.785	36.428
7.08.05.01	Compensação de Prejuízos com a Parcela da Reserva de Reavaliação Realizada	36.445	34.511
7.08.05.02	Lucro de Operações Descontinuadas	9.340	1.917

Come



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

As informações financeiras desta seção são apresentadas na proporção da participação da Triunfo em cada controlada, exceto quando informado, e incluem o desempenho da controlada Rio Verde.

CONSOLIDADO

A Receita Líquida cresceu 38,7%, de R\$ 162,8 milhões no 1T11 para R\$ 225,7 milhões no 2T12, principalmente devido à:

- ① **Aumento do tráfego** nas concessionárias rodoviárias, gerando crescimento de 10,0% na receita bruta das Rodovias.
- ① Receita de construção nas concessões rodoviárias, atingindo R\$ 34,3 milhões (comparado a R\$ 5,5 milhões no 2T11).
- ① Crescimento da receita de **movimentação de contêineres (+9,2%) e outros serviços portuários (+37,7%) na Portonave** – tanto importação quanto exportação – mais que compensando a redução (-21,3%) da receita de *trading* (carga própria) na Icept.
- ① **Maestra iniciando** com quatro navios a partir de março de 2012, com receita bruta R\$ 16,9 milhões superior ao 2T11.
- ① Crescimento da energia assegurada vendida, adicionando 4MWh desde set/2011, e reajuste do preço da energia.

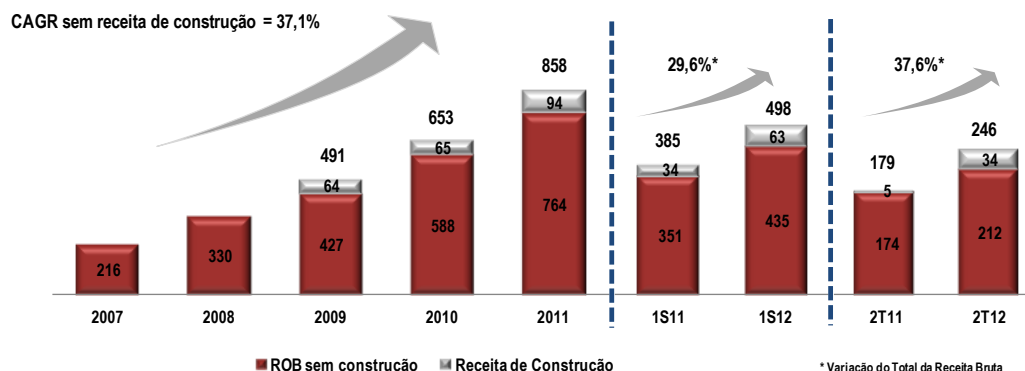
Vale notar que, sob as regras contábeis do IFRS, os montantes aplicados na realização de obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias em concessão – que seguem o cronograma previsto no PER (Programa de Exploração da Rodovia) firmado entre as concessionárias e o poder concedente – são também reconhecidos como receitas e custos de construção. Eles somaram R\$ 34,3 milhões no 2T12 (R\$ 63,0 milhões no 1S12), comparado a R\$ 5,5 milhões no 2T11 (R\$ 34,0 milhões no 1S11). A companhia calcula a Receita Líquida Ajustada, que exclui a receita de construção, para melhor mensuração do real crescimento da receita nas operações.

Excluindo a receita de construção, a **Receita Operacional Líquida expandiu 21,7%, alcançando R\$ 19,4 milhões**. A receita operacional líquida acumulada no 1S12 aumentou 29,5% (23,6% excluindo a receita de construção).

Receita Bruta (R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
• Arrecadação de Pedágio	115.010	104.561	10,0%	243.836	218.826	11,4%
• Construção de Ativos das Concessões de Rodovias	34.265	5.469	526,5%	62.985	34.005	85,2%
• Operação Portuária - Carga de Terceiros	35.596	27.878	27,7%	71.924	56.658	26,9%
• Operação Portuária - Carga Própria	10.898	13.848	-21,3%	26.099	22.690	15,0%
• Geração e Venda de Energia	30.277	24.250	24,9%	58.315	48.274	20,8%
• Operação de Cabotagem	18.689	1.767	n/c	31.789	1.767	1699,0%
• Outras Receitas	1.374	1.121	22,6%	3.285	2.320	41,6%
Receita Operacional Bruta (ROB)	246.109	178.894	37,6%	498.233	384.540	29,6%
Deduções da Receita Bruta	(20.396)	(16.121)	26,5%	(41.874)	(32.209)	30,0%
Receita Operacional Líquida (ROL)	225.713	162.773	38,7%	456.359	352.331	29,5%
Construção de Ativos das Concessões de Rodovias	34.265	5.469	526,5%	62.985	34.005	85,2%
Receita Operacional Líquida Ajustada	191.448	157.304	21,7%	393.374	318.326	23,6%

Come


Triunfo | PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS


**TPIS3
NOVO
MERCADO**
BM&FBOVESPA


Custos e Despesas:

Considerando apenas itens caixa (excluindo Custos de Construção, Provisão para Manutenção, Depreciação e Amortização), o Custo Caixa consolidado foi de R\$ 74,7 milhões no 2T12, enquanto as Despesas Caixa consolidadas foram de R\$ 28,1 milhões. Conseqüentemente, **Custos + Despesas Caixa** somaram R\$ 102,8 milhões no 2T12, montante que representa 53,7% da Receita Operacional Líquida excluindo receita de construção, uma **melhoria de 75 pontos base** quando comparado ao ano anterior, conduzindo à melhoria do EBITDA.

Ganhos de eficiência nas operações maduras, acompanhadas por crescimento de negócios com boas margens, contribuíram para sustentar as operações em *ramp-up*. Principais fatores:

- ① Economias de custos de Operação e Manutenção das Rodovias.
- ① Redução do Custo de Produtos Vendidos na Iceport, devido à redução do volume negociado.
- ① Ganhos de escala das despesas na Portonave, simultaneamente ao acréscimo de serviços complementares ofertados – estocagem, tomadas *reefer*, etc.
- ① Operação da Maestra com capacidade total desde mar/2012, adicionando custos no resultado consolidado.

Custos (R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
• Operação e Manutenção das Rodovias	(9.711)	(14.651)	-33,7%	(21.964)	(30.760)	-28,6%
• Operação Portuária	(14.263)	(16.418)	-13,1%	(32.158)	(28.159)	14,2%
• Operação de Cabotagem	(23.602)	(1.262)	n/c	(41.647)	(1.262)	3200,1%
• Geração de Energia	(2.532)	(1.392)	81,9%	(4.413)	(4.095)	7,8%
• Custo com Pessoal	(18.139)	(12.404)	46,2%	(34.572)	(22.010)	57,1%
• Obrigações da Concessão	(6.432)	(5.916)	8,7%	(12.859)	(11.813)	8,9%
Custo operacional - Caixa	(74.679)	(52.043)	43,5%	(147.613)	(98.099)	50,5%
• Depreciação e Amortização	(51.506)	(41.351)	24,6%	(98.894)	(81.393)	21,5%
• Custo de Construção	(34.265)	(5.469)	526,5%	(62.985)	(34.005)	85,2%
• Custo de Manutenção - IAS 37	0	(2.852)	-100,0%	(1.665)	(3.373)	-50,6%
Custo Operacional total	(160.450)	(101.715)	57,7%	(311.157)	(216.870)	43,5%

O **custo total** somou R\$ 160,5 milhões no 2T12, com aumento nos Custos de Construção e na Depreciação e Amortização.

O total das **Despesas** somou R\$ 31,8 milhões, um aumento de 14,6% sobre o 2T11.

Come



Despesas (R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
• Despesas Gerais e Administrativas	(13.868)	(19.189)	-27,7%	(25.639)	(32.520)	-21,2%
• Remuneração dos Administradores	(5.623)	(3.917)	43,6%	(8.760)	(8.022)	9,2%
• Despesas com Pessoal	(9.830)	(10.425)	-5,7%	(18.431)	(18.598)	-0,9%
• Outras Receitas (Despesas) Administrativas	1.247	(38)	-3381,6%	5.536	591	836,7%
Despesa operacional - Caixa	(28.074)	(33.569)	-16,4%	(47.294)	(58.549)	-19,2%
• Depreciação e Amortização	(3.769)	(3.713)	1,5%	(6.924)	(6.385)	8,4%
Despesa Operacional total	(31.843)	(37.282)	-14,6%	(54.218)	(64.934)	-16,5%

EBITDA AJUSTADO

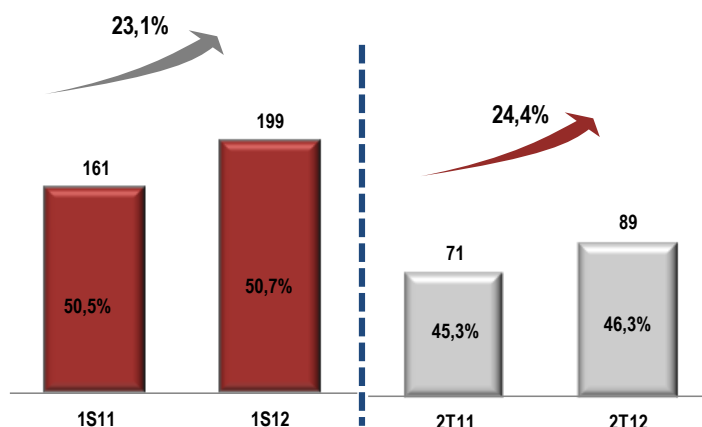
O EBITDA Ajustado consolidado expandiu 24,4% comparado ao 2T11 alcançando R\$ 88,7 milhões, como consequência do crescimento das receitas e aumento de eficiência nas operações maduras. A margem de EBITDA ajustada do 2T12 atingiu 46,3%, 100 pontos base maior que o 2T11, sobretudo como resultado de (i) melhoria das margens nos segmentos de Rodovias e Administração Portuária, e (ii) crescimento maior da receita de Geração de Energia, contribuindo para a margem consolidada.

Abaixo apresentamos o cálculo do EBITDA Ajustado pelo método direto:

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Operacional Líquida Ajustada	191.448	157.304	21,7%	393.374	318.326	23,6%
Custo operacional - Caixa	(74.679)	(52.043)	43,5%	(147.613)	(98.099)	50,5%
Despesa operacional - Caixa	(28.074)	(33.569)	-16,4%	(47.294)	(58.549)	-19,2%
Despesas não recorrentes	25	(366)	-106,8%	182	(354)	-151,4%
EBITDA Ajustado	88.720	71.326	24,4%	198.649	161.324	23,1%
Margem EBITDA Ajustado	46,3%	45,3%	1,00 p.p.	50,5%	50,7%	-0,18 p.p.

EBITDA (Lajida) Ajustado é o Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado pelas Provisões para Manutenção (item não caixa incluído nos Custos Operacionais – IAS 37) e despesas não recorrentes.

O EBITDA Ajustado do 1S12 cresceu 23,1% sobre o 1S11, atingindo R\$ 198,6 milhões, margem de 50,5% (redução de 18 pontos base comparado ao 1S11). O EBITDA Ajustado dos últimos doze meses somou R\$ 389,3 milhões.



O Fluxo de Caixa Operacional foi de R\$ 68,5 milhões no 2T12 e R\$ 140,4 milhões no 1S12.

Come



LUCRO LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O Custo da dívida líquida diminuiu no 2T12, devido a melhorias no perfil da dívida e à redução das taxas de juros brasileiras (CDI, TJLP, etc.). O resultado financeiro, excluindo a variação cambial, totalizou R\$ 34,4 milhões ou 11,1% de custo anualizado, comparado a R\$ 34,0 milhões no 2T11 ou 16,2% de custo anualizado – ambos calculados sobre a Dívida Líquida do trimestre anterior.

As melhorias no resultado operacional e no custo da dívida foram consumidas por variações desfavoráveis do câmbio, uma vez que a dívida da Portonave era em dólares. A desvalorização do Real causou impacto negativo de R\$ 11,6 milhões no resultado (comparado a R\$ 3,4 milhões de impacto positivo no 2T11). Consequentemente, o **Lucro Base Dividendos** foi de **R\$ 8,9 milhões no 2T12** (redução de 46,2% se comparado ao 2T11), com R\$ 10,4 milhões de Prejuízo Líquido.

No semestre, o **Lucro Base Dividendos acumulou R\$ 40,8 milhões**, similar ao 1S11 (-2,3%). A Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 9 de Agosto de 2012 aprovou o **pagamento de R\$ 20,4 milhões em dividendos intercalares (R\$ 0,14 por ação)**. Este valor representa **50% do Lucro Base Dividendos do 1S12**, ou **3,7% de dividend yield anualizado** (comparado ao preço da ação em 30/06/2012, de R\$ 7,50).

Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Resultado Antes do Resultado Financeiro	33.420	23.776	40,6%	90.984	70.527	29,0%
Resultado Financeiro	(46.036)	(30.662)	50,1%	(80.180)	(63.855)	25,6%
• Receitas Financeiras	8.971	2.150	317,3%	11.629	4.379	165,6%
• Despesas Financeiras	(43.390)	(36.184)	19,9%	(83.537)	(73.569)	13,5%
• Variação Cambial	(11.617)	3.372	n/c	(8.272)	5.335	n/c
Resultado Antes dos Impostos	(12.616)	(6.885)	83,2%	10.804	6.672	61,9%
Impostos Sobre Lucro	2.235	4.199	-46,8%	(6.195)	(3.061)	102,4%
• Impostos Correntes	(17.433)	(10.750)	62,2%	(37.333)	(23.568)	58,4%
• Impostos Diferidos	19.668	14.949	31,6%	31.138	20.507	51,8%
Participação de Acionistas Não Controladores	(10)	2.354	-100,4%	(19)	4.641	n/c
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(10.391)	(333)	3020,4%	4.590	8.252	-44,4%

O Lucro Base Dividendos é calculado ajustando o lucro líquido do período para a realização da reserve de realização e ajuste de avaliação de ativos, bem como para a equivalência patrimonial reconhecida no período em que o patrimônio líquido dos investimentos é negativo, e considerando a constituição da reserva legal, o que corresponde a 5% do lucro do período.

Reconciliação do Lucro Líquido para EBITDA Ajustado

(em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Operacional Líquida Ajustada	191.448	157.304	21,7%	393.374	318.326	23,6%
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	(10.391)	(333)	3020,4%	4.590	8.252	-44,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.235)	(4.199)	-46,8%	6.195	3.061	102,4%
Resultado Financeiro	46.036	30.662	50,1%	80.180	63.855	25,6%
Despesas (receitas) não recorrentes	25	(366)	-106,8%	182	(354)	-151,4%
Provisão para manutenção	0	2.852	-100,0%	1.665	3.373	-50,6%
Participação de Acionistas não controladores	10	(2.354)	-100,4%	19	(4.641)	-100,4%
EBIT Ajustado	33.445	26.262	27,4%	92.831	73.546	26,2%
Margem EBIT Ajustado	17,5%	16,7%	0,8 p.p.	23,6%	23,1%	0,5 p.p.
Depreciações e Amortizações	55.275	45.064	22,7%	105.818	87.778	20,6%
EBITDA Ajustado	88.720	71.326	24,4%	198.649	161.324	23,1%
Margem EBITDA Ajustado	46,3%	45,3%	1,0 p.p.	50,5%	50,7%	-0,2 p.p.

Come



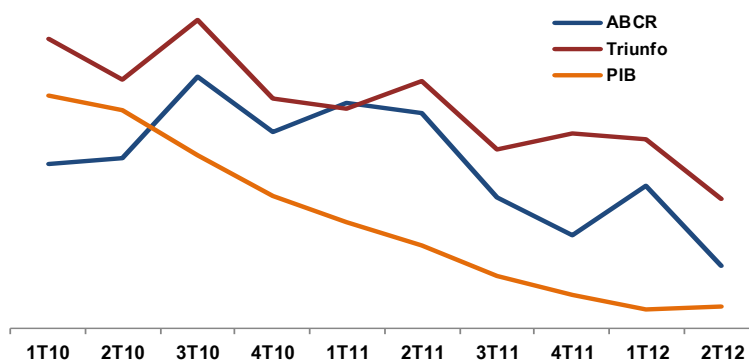
RODOVIAS

No segmento rodoviário, a Triunfo é acionista de três concessionárias: Concepa (100%), Concer (62,5%) e Econorte (100%). O **tráfego equivalente** aqui apresentado refere-se a **100%** de cada concessionária.

Tráfego Equivalente Total (em milhares)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Tráfego Equivalente Total (em milhares)	18.900	17.970	5,2%	40.190	37.762	6,4%
CONCER (em milhares)	7.502	7.141	5,0%	15.188	14.231	6,7%
CONCEPA (em milhares)	7.802	7.266	7,4%	17.796	16.530	7,7%
ECONORTE (em milhares)	3.596	3.563	0,9%	7.206	7.002	2,9%
Tarifa Média Efetiva (R\$)	7,21	6,90	4,5%	7,14	6,82	4,7%

O **crescimento do tráfego** registrado pelas concessionárias da Triunfo foi de **5,2% no 2T12**, o dobro do registrado pelo índice ABCR (2,54%), principalmente devido à dinâmica das economias regionais e por características específicas dos ativos:

- ① **Concepa cresceu 7,4%** enquanto que o índice ABCR do Rio Grande do Sul cresceu 5,92%;
- ① **Concer cresceu 5,0%** enquanto o índice ABCR do Rio de Janeiro cresceu 3,15%;
- ① **Econorte cresceu 0,9%** enquanto o índice ABCR do Paraná cresceu 2,27%.



Como resultado do crescimento do tráfego e de reajustes dos pedágios ocorridos no 3T11 e 4T11*, a **Receita Bruta das Rodovias cresceu 10,0%**.

A receita de construção totalizou R\$ 34,3 milhões, e Outras Receitas somou R\$ 1,4 milhão no 2T12 – comparadas respectivamente a R\$ 5,5 milhões e R\$ 1,1 milhão no 2T11. Como resultado, a **Receita Líquida de rodovias aumentou 38,3% no 2T12 (10,2% ex receita de construção)**.

A Receita Líquida acumulada no 1S12 das rodovias subiu 22,6% (11,8% ex receita de construção).

Receita (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Bruta	150.649	111.151	35,5%	310.106	255.151	21,5%
Arrecadação de Pedágio	115.010	104.561	10,0%	243.836	218.826	11,4%
Outras Receitas	1.374	1.121	22,6%	3.285	2.320	41,6%
Construção de Ativos das Concessões de Rodovia	34.265	5.469	526,5%	62.985	34.005	85,2%
Deduções da Receita Bruta	(11.676)	(10.655)	9,6%	(24.889)	(22.435)	10,9%
Receita Operacional Líquida (ROL)	138.973	100.496	38,3%	285.217	232.716	22,6%
Construção de Ativos das Concessões de Rodovia	34.265	5.469	526,5%	62.985	34.005	85,2%
Receita Operacional Líquida Ajustada	104.708	95.027	10,2%	222.232	198.711	11,8%

* Aumento dos pedágios no 3T11 e 4T11: Concer em agosto (+3,9%), Concepa em outubro (+7,14%), Econorte em dezembro (+4,21%).

Come



Os **Custos Caixa** (excluindo Custos de Construção, Provisão para Manutenção, Depreciação e Amortização) **caíram 16,3% no trimestre e 13,8% no 1S12**, comparados ao ano anterior, sobretudo devido a economias nos custos de Operação e Manutenção.

Custos (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Operação e Manutenção	(9.711)	(14.651)	-33,7%	(21.964)	(30.760)	-28,6%
Custo com Pessoal	(6.638)	(6.166)	7,7%	(12.658)	(11.230)	12,7%
Obrigações da Concessão	(3.246)	(2.601)	24,8%	(6.416)	(5.627)	14,0%
Custo Operacional - Caixa	(19.595)	(23.418)	-16,3%	(41.038)	(47.617)	-13,8%
Custo de Construção de Ativos	(34.265)	(5.469)	526,5%	(62.985)	(34.005)	85,2%
Provisão para Manutenção - IAS 37	0	(2.852)	-100,0%	(1.665)	(3.373)	-50,6%
Custo Operacional (sem D&A)	(53.860)	(31.739)	69,7%	(105.688)	(84.995)	24,3%

Houve aumento de 13,8% das **despesas caixa**, causado por maior premiação relacionada ao atingimento da metas de 2011.

Despesas (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Gerais e Administrativas	(4.916)	(4.892)	0,5%	(10.618)	(8.995)	18,0%
Remuneração dos Administradores	(2.045)	(911)	124,5%	(2.770)	(2.099)	32,0%
Com Pessoal	(4.498)	(4.387)	2,5%	(8.035)	(8.112)	-0,9%
Outras Despesas Operacionais	100	205	-51,2%	129	392	-67,1%
Despesas Operacionais (sem D&A)	(11.359)	(9.985)	13,8%	(21.294)	(18.814)	13,2%

O **EBITDA Ajustado** do segmento **totalizou R\$73,7 milhões** (R\$ 159,8 milhões no 1S12), **margem de 70,4%** (71,9% no 1S12), **19,9% maior que o 2T11**. O ganho de **572 pontos base na margem** do trimestre foi gerada por melhorias de margem nas três concessões.

O EBITDA Ajustado dos últimos doze meses (LTM) totalizou R\$ 313,9 milhões, 1,0x a dívida líquida do segmento (R\$ 315,0 milhões).

EBITDA Ajustado (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Operacional Líquida	138.973	100.496	38,3%	285.217	232.716	22,6%
Receita de Construção	34.265	5.469	526,5%	62.985	34.005	85,2%
Receita Operacional Líquida Ajustada	104.708	95.027	10,2%	222.232	198.711	11,8%
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	21.559	16.176	33,3%	54.960	43.301	26,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.465	3.692	75,1%	16.642	9.232	80,3%
Resultado Financeiro	12.017	11.910	0,9%	23.960	24.055	-0,4%
Despesas (receitas) não recorrentes	(88)	(205)	-57,1%	(122)	(370)	-67,0%
Provisão para manutenção - IAS 37	0	2.852	-100,0%	1.665	3.373	-50,6%
EBIT Ajustado	39.953	34.425	16,1%	97.105	79.591	22,0%
Margem EBIT Ajustado	38,2%	36,2%	1,9 p.p.	43,7%	40,1%	3,6 p.p.
Depreciações e Amortizações (D&A)	33.713	26.994	24,9%	62.673	52.319	19,8%
EBITDA Ajustado	73.666	61.419	19,9%	159.778	131.910	21,1%
Margem EBITDA Ajustado	70,4%	64,6%	5,7 p.p.	71,9%	66,4%	5,5 p.p.

Come



ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

A Triunfo detém participação de 50% na Portonave – Terminais Portuários de Navegantes S.A., localizado em Santa Catarina. A Portonave detém 100% da Iceport, empresa que opera uma câmara frigorífica e uma trading company. Os resultados dessa subsidiária também estão consolidados nessa seção

A receita bruta do segmento portuário consiste em: (i) Receita de movimentação de contêineres; (ii) A receita de outros serviços, como scanner de contentores, armazenagem, aluguel de pontos de frigoríficos e encargos Código ISPS; (iii) Receita de movimentação de carga da câmara fria Iceport da (in-out); (iv) A receita de operação de carga própria realizada pela trading também da Iceport.

O número de TEUs movimentados na Portonave cresceu 2,6% no 2T12, produzido principalmente pelo crescimento do volume de movimentação das exportações (+16%). Na primeira metade de 2012, o volume movimentado aumentou 7,3%, causado pelas exportações (+13%) e outras operações de movimentação (+14%) como transbordo, *shift* e *restow*.

Na Câmara Fria, o volume movimentado e o volume estocado no 2T12 demonstraram níveis crescentes – após a reconstrução da Câmara concluída em fevereiro de 2011.

PORTONAVE	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Movimentação de TEUs - Portonave	140.779	137.202	2,6%	280.498	261.430	7,3%
Tarifa Média Efetiva (R\$/TEU)	219,42	206,18	6,4%	215,64	210,54	2,4%
Caixas Movimentadas (Cheia)	60.646	57.412	5,6%	119.547	112.795	6,0%
Caixas Movimentadas (Vazia)	26.876	25.666	4,7%	54.731	47.734	14,7%
ICEPORT (Câmara Frigorificada)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Movimentação (in-out) (ton)	49.890	2.621	1803,5%	109.729	3.902	2712,1%
Tarifa Média (R\$ Ton/mov)	17,04	15,76	8,1%	11,45	10,77	6,3%
Armazenagem (Ton)	82.884	2.141	3771,3%	188.633	2.847	6525,7%
Tarifa média (R\$/ton)	17,42	17,04	2,2%	17,32	11,45	51,3%

A Receita Bruta totalizou R\$ 46,5 milhões no segmento – crescimento de 11,4% sobre o 2T11:

- ① A Receita de movimentação de Contêineres aumentou 9,2%, impulsionada pelas exportações.
- ① Aumento de 37,7% da Receita de Estocagem e Outros Serviços portuários – tanto de importação quanto de exportação.
- ① A Receita de Estocagem e Outros Serviços na Câmara Fria (Iceport) atingiu R\$ 1,4 milhão.

Como resultado, a Receita Bruta das atividades de Porto e Câmara Fria, excluindo a operação da *Trading Company*, subiu 27,7%.

- ① A Receita de carga própria – atividades de *trading* – reduziu 21,3% para R\$ 10,9 milhões e corresponde a 23,4% da receita bruta total do segmento.

A Receita Líquida total apresentou crescimento de 9,9% no trimestre (23,3% no semestre) comparada ao ano anterior.

(em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Bruta	46.494	41.726	11,4%	98.023	79.348	23,5%
Receita da Movimentação de TEUs	15.445	14.144	9,2%	30.243	27.521	9,9%
Receita de Estocagem e Outros Serviços	18.751	13.615	37,7%	38.784	29.018	33,7%
Receita de Serviços - Iceport	1.400	119	1076,5%	2.897	119	2334,5%
Receita de Carga Própria	10.898	13.848	-21,3%	26.099	22.690	15,0%
Deduções da Receita Bruta	(3.066)	(2.223)	37,9%	(6.017)	(4.699)	28,0%
Receita Operacional Líquida (ROL)	43.428	39.503	9,9%	92.006	74.649	23,3%

Come



Enquanto o Custo dos Produtos Vendidos diminuiu devido a menor volume de trading da Iceport, os custos de Operação e Manutenção Portuária aumentaram em linha com as receitas. Já as despesas apresentaram ganhos de escala – as despesas caixa aumentaram 2,4% comparadas a um aumento de 11,4% da receita bruta.

Custos (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Custos Operacionais (sem D&A)	(20.224)	(21.319)	-5,1%	(43.108)	(37.433)	15,2%
Operação e Manutenção	(4.880)	(3.779)	29,1%	(8.617)	(7.283)	18,3%
Custo de Operação - Iceport	(9.383)	(12.639)	-25,8%	(23.541)	(20.876)	12,8%
Custo com Pessoal	(5.961)	(4.901)	21,6%	(10.950)	(9.274)	18,1%

Despesas (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Despesas Operacionais (sem D&A)	(5.126)	(5.004)	2,4%	(10.014)	(8.128)	23,2%
Gerais e Administrativas	(2.866)	(2.797)	2,5%	(5.676)	(5.070)	12,0%
Remuneração dos Administradores	(554)	(391)	41,7%	(1.008)	(747)	34,9%
Com Pessoal	(1.689)	(1.670)	1,1%	(3.294)	(2.763)	19,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(17)	(146)	-88,4%	(36)	452	-108,0%

A **margem de EBITDA ajustada** do segmento foi de 41,6% ou R\$ 18,1 milhões no 2T12, comparada a 33,4% ou R\$13,2 milhões no ano anterior. Esta melhoria se deve à evolução da margem do Porto e à menor participação de *trading* na receita. **Excluindo os números da Iceport a margem foi de 58,5% no 2T12, ganho de 344 pontos base** contra o 2T11.

O EBITDA ajustado do segmento no semestre foi de R\$ 38,8 milhões. O EBITDA ajustado LTM atingiu R\$ 77,3 milhões, com dívida líquida de R\$ 68,3 milhões.

EBITDA Ajustado (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Operacional Líquida	43.428	39.503	9,9%	92.006	74.649	23,3%
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	(7.546)	5.617	-234,3%	(615)	9.428	-106,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.356)	(278)	1466,9%	(2.249)	1.110	-302,6%
Resultado Financeiro	16.425	(3.135)	-623,9%	14.581	(3.269)	-546,0%
Despesas (receitas) não recorrentes	0	21	n/c	4	21	-81,0%
Participação de Acionistas não controladores	10	(48)	-120,8%	19	(55)	-134,5%
EBIT Ajustado	4.533	2.177	108,2%	11.740	7.235	62,3%
Margem EBIT Ajustado	10,4%	5,5%	4,9 p.p.	12,8%	9,7%	3,1 p.p.
Depreciação e Amortizações	13.545	11.024	22,9%	27.148	21.874	24,1%
EBITDA Ajustado	18.078	13.201	36,9%	38.888	29.109	33,6%
Margem EBITDA Ajustado	41,6%	33,4%	8,2 p.p.	42,3%	39,0%	3,3 p.p.

GERAÇÃO DE ENERGIA

Rio Verde:

A Rio Verde Energia Administra a UHE Salto, que iniciou suas operações em maio de 2010. A energia assegurada vendida era de 63,8MW/h, e 4MW/h foram adicionadas em setembro de 2011, atingindo o total de 67,8MW/h.

Em junho de 2007, a Rio Verde assinou um acordo com a Votener (Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.) para vender 100% da energia gerada desde o início da operação, por 16 anos – o preço médio por MW/h era originalmente R\$130,00, indexado pela inflação, ajustado em maio de cada ano pelo IGP-M. No 2T12, o preço médio por MW/h foi para R\$168,97. A TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) também é reembolsada pela Votener.

Come



Rio Canoas:

Em julho de 2010 a Triunfo ganhou o leilão A-5 da ANEEL e garantiu a concessão da UHE Garibaldi (Rio Canoas Energia), por 35 anos. A usina terá 191,9MW de energia instalada e 87,1 MW de energia assegurada – aumentadas das originais 177,9 MW de capacidade e 83,1 MW/h de energia assegura, após melhorias de engenharia. 70% da Energia já está vendida por todo o prazo de concessão por R\$ 107,98 por MW/h (atualmente cerca de R\$ 121 MW/h).

A geração comercial da primeira turbina está compromissada contratualmente para outubro de 2014. Entretanto, **a construção está com o cronograma adiantado**, reforçando o plano de entrega antecipada para o 3T13.

O Capex no 2T12 foi de R\$ 85,7 milhões, totalizando R\$ 182,2 milhões em 2012. O Capex acumulado até o momento foi de R\$ 452 milhões – R\$ 254 milhões via capital integralizado pela Triunfo. No dia 5 de junho de 2012, o BNDES aprovou uma linha de financiamento de longo prazo de R\$ 368 milhões para a Rio Canoas Energia S.A.. Amortizado em 16 anos, o empréstimo será utilizado para pagar o empréstimo ponte da empresa e para financiar a conclusão da UHE Garibaldi, em conjunto com uma debenture adicional que está em negociação com bancos, nas mesmas condições do BNDES.



Receita de Geração de Energia:

A Receita de Geração de Energia apresentada pela Rio Verde cresceu 24,9% comparada ao 2T11, principalmente devido à adição de 4 MW/h (em setembro de 2011) e reajuste de preço em maio.

Deduções da Receita Bruta reduziram 2,1%, com isso, a Receita Líquida atingiu R\$ 27,4 milhões, 28,6% de crescimento.

	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Energia Assegurada Vendida (MWh)	148.075	139.339	6,3%	296.218	277.211	6,9%
Tarifa Média Efetiva (R\$/MWh)	168,97	157,21	7,5%	167,59	154,21	8,7%
(em R\$ mil)						
Receita Bruta	30.277	24.250	24,9%	58.315	48.274	20,8%
Deduções da Receita Bruta	(2.897)	(2.960)	-2,1%	(5.653)	(4.792)	18,0%
Receita Operacional Líquida (ROL)	27.380	21.290	28,6%	52.662	43.482	21,1%

O custo caixa de geração de energia aumentou 24,1%, principalmente devido a maiores custos com Operação e Manutenção (+81,9%) no 2T12 – crescimento em atividades ambientais.

Come



Custos (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Custos Operacionais (sem D&A)	(6.136)	(4.944)	24,1%	(11.413)	(10.687)	6,8%
Operação e Manutenção	(2.532)	(1.392)	81,9%	(4.413)	(4.095)	7,8%
Custo com Pessoal	(418)	(237)	76,4%	(557)	(406)	37,2%
Obrigações da Concessão	(3.186)	(3.315)	-3,9%	(6.443)	(6.186)	4,2%

O aumento de 47,4% nas despesas operacionais caixa foi causado principalmente por despesas relacionadas a Rio Canoas.

Despesas (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Despesas Operacionais (sem D&A)	(2.860)	(1.940)	47,4%	(4.356)	(3.250)	34,0%
Gerais e Administrativas	(2.139)	(1.050)	103,7%	(2.829)	(1.609)	75,8%
Remuneração dos Administradores	(199)	(296)	-32,8%	(377)	(542)	-30,4%
Com Pessoal	(386)	(506)	-23,7%	(832)	(842)	-1,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(136)	(88)	54,5%	(318)	(257)	23,7%

O **EBITDA ajustado** cresceu 27,6% para R\$18,5 milhões no 2T12 (R\$ 37,2 milhões no 1S12), representando uma margem de 67,6% (70,6% no 1S12). O EBITDA ajustado LTM foi de R\$ 70,2 milhões.

A alteração do regime de tributação do lucro presumido para o lucro real acarretou no aumento do imposto de renda e contribuição social corrente. A base de cálculo do imposto diferido é impactado por ajustes permitidos pela legislação, principalmente pela realização do ajuste de avaliação patrimonial e dos ajustes resultantes da aplicação dos CPC's. Ainda assim, o Lucro Líquido atingiu R\$ 4,2 milhões no trimestre (R\$ 9,3 milhões no semestre).

EBITDA Ajustado (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Operacional Líquida	27.380	21.290	28,6%	52.662	43.482	21,1%
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	4.217	360	1071,4%	9.328	569	1539,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.542	679	274,4%	5.061	1.010	401,1%
Resultado Financeiro	5.792	7.716	-24,9%	10.849	16.521	-34,3%
Despesas (receitas) não recorrentes	109	(177)	-161,6%	296	257	15,2%
EBIT Ajustado	12.665	8.843	43,2%	25.534	18.357	39,1%
Margem EBIT Ajustado	46,3%	41,5%	4,7 p.p.	48,5%	42,2%	6,3 p.p.
Depreciações e Amortizações	5.833	5.651	3,2%	11.655	11.445	1,8%
EBITDA Ajustado	18.498	14.494	27,6%	37.189	29.802	24,8%
Margem EBITDA Ajustado	67,6%	68,1%	-0,5 p.p.	70,6%	68,5%	2,1 p.p.

Vale ressaltar que o segmento é caracterizado por alto investimento inicial financiado por dívida de longo prazo e alinhada aos fluxos de caixa futuros. Como consequência:

- ① A dívida da Rio Verde é financiada pelo empréstimo de longo prazo do BNDES, atrelada à venda antecipada de energia (non-recourse project finance). O índice de alavancagem atual é de 4.1x EBITDA (de 5.1x no 2T11).
- ① O empréstimo de longo prazo da Rio Canoas está sendo estruturado em condições similares ao de Rio Verde.

Come



CABOTAGEM

Os resultados aqui apresentados seguem a seguinte regra de consolidação:

- ① Até outubro de 2011, os resultados dos negócios de cabotagem eram 100% contabilizados pela Triunfo.
- ① Com a entrada da NYK, os resultados passaram a ser consolidados em 58,5%.

O negócio de cabotagem começou a operar com quatro (4) navios em março de 2012, possibilitando a Maestra a oferecer serviço com escalas semanais. O ano de 2012 deve ser considerado, portanto, um ano de *ramp-up* com a intenção de impulsionar seu potencial comercial e estabelecer a base para resultados positivos a partir de 2013.

O número de TEUs movimentados na Maestra atingiu 10,023 no 2T12. A utilização da capacidade apresenta uma tendência mensal de alta conforme novos acordos comerciais se tornam efetivos. Como exemplo, a Maestra está colocando em exercício novos contratos com operadores de Transporte Rodoviário. Nestes contratos, o operador substituiu o transporte rodoviário de longa distância pela cabotagem, enquanto oferece a entrega porto-a-porta. A Maestra, assim oferece aos operadores rodoviários uma solução logística mais custo-efetiva que permite a ele focar nas rotas mais lucrativas.

	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Movimentação de TEUs Cabotagem	10.023	829	n/c	16.184	829	n/c
Tarifa Média Efetiva (R\$/TEU) - Cabotagem	3.187,4	2.131,5	49,5%	3.357,6	2.131,5	57,5%

A Receita Bruta foi de R\$ 18,7 milhões no 2T12, aumento de 42,7% sobre os R\$ 13,1 milhões do 1T12, totalizando R\$ 31,8 milhões no semestre. A Receita Líquida foi a R\$ 15,9 milhões no trimestre e R\$ 26,5 milhões acumulados no 1S12.

(em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Bruta	18.689	1.767	957,7%	31.789	1.767	1699,0%
Deduções da Receita Bruta	(2.757)	(283)	874,2%	(5.315)	(283)	1778,1%
Receita Operacional Líquida (ROL)	15.932	1.484	973,6%	26.474	1.484	1684,0%

Os custos e despesas caixa totalizaram R\$ 30,1 milhões, 27,2% maior que 1Q12.

Uma vez que a unidade de negócios de cabotagem está ainda em fase de *ramp-up*, o EBITDA ajustado registrado pelo segmento foi negativo em R\$ 14,2 milhões no 2T12 (R\$ 27,2 milhões negativo no 1S12). EBITDA positivo é esperado para o 2S12. A dívida líquida está em R\$ 114,9 milhões.

EBITDA Ajustado (em R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Receita Operacional Líquida	15.932	1.484	973,6%	26.474	1.484	1684,0%
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	(13.358)	(5.674)	135,4%	(25.719)	(11.510)	123,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.886)	(8.291)	-16,9%	(13.259)	(8.291)	59,9%
Resultado Financeiro	4.639	4.188	10,8%	8.838	6.986	26,5%
Despesas (receitas) não recorrentes	4	(5)	n/c	4	(5)	-180,0%
Participação de Acionistas não controladores	0	(2.306)	n/c	0	(4.586)	-100,0%
EBIT Ajustado	(15.601)	(12.088)	29,1%	(30.136)	(17.406)	73,1%
Depreciações e Amortizações	1.444	668	116,2%	2.863	687	316,7%
EBITDA Ajustado	(14.157)	(11.420)	24,0%	(27.273)	(16.719)	63,1%

Come



OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

Em 14 de junho de 2012, a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (Concessionária), assinou com a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) o contrato de concessão para a expansão, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), para os próximos 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 23%:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Os investimentos iniciarão este mês (agosto de 2012), com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses. O Capex estimado para esta fase é de R\$ 1,4 bilhão, composto por: (i) R\$ 0,4 bilhão de capital da Concessionária e (ii) R\$ 1 bilhão financiado pelo. A Triunfo já integralizou sua parte do capital (23% do total) na SPE privada, junto com os demais sócios, utilizando os recursos da Nota Promissória (conforme anunciada dia 27 de março).

A Concessionária será responsável pelas operações de Viracopos a partir de novembro de 2012.

Sobre as informações financeiras, como referência, a receita líquida do aeroporto foi de aproximadamente R\$ 285 milhões em 2011, com 17% de crescimento comparado a 2010, e com margem de EBITDA próximo a 40%. Em 2011 66% das Receitas eram relacionadas a carga, 23% a passageiros e apenas 11% era receita comercial e outras receitas.

CONTROLADORA

As despesas Gerais & Administrativas da controladora cresceram 28,9% no 2T12, ou R\$ 0,6 milhão. A Remuneração dos Administradores e Despesas com Pessoal aumentaram em linha com a inflação e com as melhorias de desempenho. No 1S12 a soma das despesas gerais e administrativas, remuneração dos administradores e de pessoal diminuiu 3,2%.

O resultado de equivalência patrimonial é reflexo do desempenho das controladas, e foi afetado pelas perdas cambiais de Portonave.

(R\$ mil)	2T12	2T11	Δ	1S12	1S11	Δ
Despesas	(1.849)	9.896	-118,7%	28.627	28.684	-0,2%
Gerais e Administrativas	(2.666)	(2.069)	28,9%	(4.450)	(5.037)	-11,7%
Remuneração dos Administradores	(2.669)	(2.203)	21,2%	(4.338)	(4.359)	-0,5%
Com Pessoal	(2.129)	(1.910)	11,5%	(3.518)	(3.312)	6,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.516	15.999	-65,5%	38.560	41.206	-6,4%
Outras Despesas Operacionais	99	79	25,3%	2.373	186	1175,8%
Depreciação e Amortização	(740)	(727)	1,8%	(1.479)	(1.453)	1,8%
Resultado Financeiro	(7.163)	(9.983)	-28,2%	(21.952)	(19.562)	12,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(9.752)	(814)	1098,0%	5.196	7.669	-32,2%
EBIT	(8.105)	(6.830)	18,7%	(11.412)	(13.975)	-18,3%
EBITDA	(7.365)	(6.103)	20,7%	(9.933)	(12.522)	-20,7%

Come



PERFIL DA DÍVIDA E ALAVANCAGEM

A alavancagem financeira continua em níveis baixos nos segmentos de Rodovias e Portos.

A Portonave, onde a alavancagem era de 0,88x EBITDA em 2T12, emitiu uma debenture (CVM 476) no dia 31 de julho de 2012 com o objetivo de usar os recursos para (i) pré-pagar a dívida em moeda estrangeira, e (ii) quitar o contas a pagar com partes relacionadas. A dívida bruta do segmento portuário crescerá em aproximadamente R\$ 33 milhões.

O endividamento de Geração de Energia está associado às características do negócio, com fundos de longo prazo, investimento no início, fluxo de caixa previsível e estável. Com a Rio Canoas (UHE Garibaldi) em fase de construção, a alavancagem Consolidada fica maior, mas diminuirá rapidamente assim que iniciada a geração de energia. Na Rio Verde, cuja dívida foi financiada pelo BNDES por 16 anos, a alavancagem já caiu para 4.15x o EBITDA LTM.

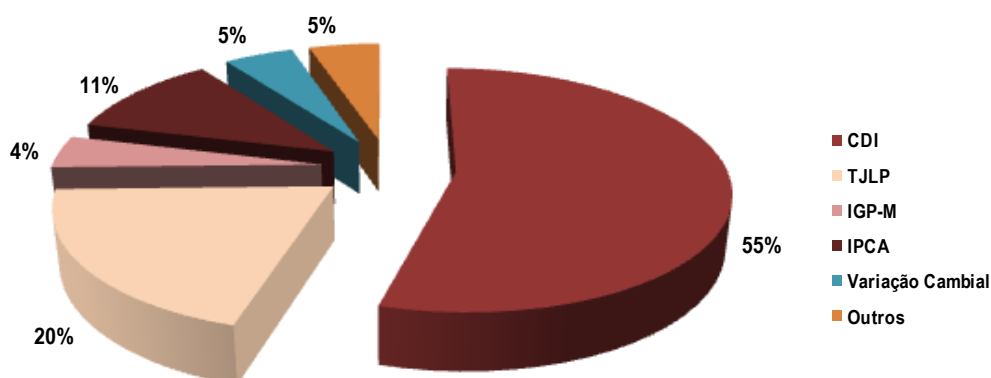
Na controladora a dívida está relacionada a investimentos de capital em novos projetos e no desenvolvimento de novas oportunidades – incluindo o capital aportado em Rio Canoas e na SPE privada de Viracopos. Uma Nota Promissória foi emitida em maio, como empréstimo ponte para uma futura emissão de debenture. Seus recursos foram usados principalmente para a SPE privada de Viracopos, conforme mencionado, e para pré-pagar o saldo devedor da 2ª debenture da Companhia.

A dívida da Triunfo tem notadamente um perfil de longo prazo. O cronograma de amortização é apresentado abaixo. Vale notar salientar que, dos R\$649 milhões a serem amortizados em 2012, R\$189 milhões estão relacionados ao empréstimo ponte de Rio Canoas, que será pago com a liberação do empréstimo do BNDES, e R\$ 300 milhões estão relacionados à Nota Promissória, que será paga com a emissão da debenture de longo prazo. Excluindo esta dívida, o valor de amortização esperada em 2012 é de R\$160 milhões, que representa 41% do EBITDA ajustado LTM.

FLUXO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (R\$ mil) e Alavancagem

	ENERGIA	RODOVIAS	PORTO	SUBTOTAL	CONTROLADORA	CABOTAGEM	TOTAL
2012	200.438	59.810	11.521	271.769	334.184	43.767	649.720
2013	30.739	62.058	24.222	117.019	39.644	27.592	184.255
2014	28.461	55.148	23.044	106.653	4.549	27.592	138.794
2015	25.832	73.739	23.044	122.615	48.745	9.621	180.981
2016	22.974	89.756	-	112.730	48.745	729	162.204
Após 2016	211.672	15.549	-	227.221	93.719	7.104	328.044
Dívida Bruta	520.116	356.060	81.831	958.007	569.586	116.405	1.643.998

	ENERGIA	RODOVIAS	PORTO	SUBTOTAL	CONTROLADORA	CABOTAGEM	TOTAL
Dívida Líquida	500.721	315.006	68.261	883.988	452.692	114.913	1.451.593
EBITDA 12 meses	70.895	313.890	77.322	462.107	n/c	n/c	389.276
Dívida Líquida/EBITDA 12 meses	7,06	1,00	0,88	1,91	n/c	n/c	3,73



Come



INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Do investimento realizado no 2T12, Rio Canoas responde por cerca de 61% e as concessões rodoviárias respondem por 25%. O segmento de Rodovias já fez investimentos significativos em ativos fixos e investimentos futuros que serão alocados até o final da concessão, conforme definido nos contratos de concessão.

INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL 1T12

(em R\$ mil)	2T12	%	1S12	%
Concer	7.453	5,3%	14.681	5,1%
Concepa	15.569	11,1%	31.834	11,0%
Econorte	11.939	8,5%	17.461	6,0%
Portonave	8.715	6,2%	19.054	6,6%
Portonaus	382	0,3%	7.434	2,6%
Santa Rita	797	0,6%	1.846	0,6%
Cabotagem	645	0,5%	721	0,2%
Rio Canoas	85.670	61,3%	182.204	62,7%
Rio Verde	0	0,0%	31	0,0%
Controladora e Outros Investimentos	8.654	6,2%	15.154	5,2%
Total Capex	139.823	100,0%	290.420	100,0%

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída através da ata de constituição de Sociedade por Ações em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 30 junho de 2012 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 179,9 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 340,8 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da BR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de dezembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Notas Explicativas

A Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Notas Explicativas

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MW na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2012, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due dilligence” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014, pelo valor de R\$107,98 MWh. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº

Notas Explicativas

03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas e publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 782.000¹. A expectativa da Administração é que 65% dos recursos necessários para a implantação serão captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio. Até 30 de junho de 2012 foram investidos o montante de R\$253.824, provenientes de recursos aportados pela Companhia.

Em 06 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, devendo a primeira liberação de recursos ocorrer no terceiro trimestre de 2012.

O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011, com a expectativa de início de suas atividades operacionais em outubro de 2014 (1ª máquina - turbina), conforme prazo determinado pelo contrato de concessão. As demais máquinas estão previstas para entrar em suas atividades operacionais em novembro de 2014 (2ª máquina) e dezembro de 2014 (3ª máquina).

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Outros

Em 30 de junho de 2012, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, certos projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 15.658.

¹ Valor não revisado pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

iv) *Administração de portos*

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu temporariamente a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Iceport, trading de mercadorias.

A Portonave possui seguro nos seguintes montantes: (i) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir os danos às mercadorias de terceiros; (ii) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir danos à infraestrutura da câmara; e, (iii) até 12 milhões de dólares para indenizar a perda de receita originada pela interrupção de atividades.

A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio, os quais não geraram perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

Santa Rita

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem

Notas Explicativas

como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia, que efetuará o pagamento em até 180 dias, com correção do preço pela variação acumulada do IGPM-FGV, acrescidos de juros de 6% ao ano.

Cruzeiro do Sul

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 30 de junho de 2012, foi liquidada a parcela inicial no montante de R\$6.250, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

Moss

Em 18 de fevereiro de 2012, a Triunfo por intermédio da sua controlada Portonaus, celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ nº 888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), conforme determina a Lei nº 10.233/01. O valor da aquisição encontra-se registrado na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante. Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de

Notas Explicativas

R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

v) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Proprietária da embarcação Maestra Atlântico, em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.(“Vessel-Log”), foi constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe. Proprietária da embarcação Maestra Mediterrâneo, em setembro de 2011, a controlada Vessel-Log entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Maestra – Navegação e Logística S.A. (“Maestra”), constituída em 27 de maio de 2009, possui, como objeto social, atuar na exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas geral, exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços e logística de mercadorias e de administração de embarcações, prestar serviços de transporte em geral, exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais, segundo os padrões fixados na legislação e regulamentos, além de exercer serviços de reparo naval, comércio intermediação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades nas quais participe. A Maestra poderá também participar de sociedades nacionais e estrangeiras, a qual é controladora da Maestra Shipping LLP, uma companhia constituída em 2 de fevereiro de 2011, em Londres, Inglaterra, sob regulamentação específica (LLP Act 2.000) e tem como atividade a armação, operação e afretamento de navios e de transporte de cargas pela via marítima com navios próprios ou afretados. É proprietária das embarcações Maestra Caribe e Maestra Pacífico, as quais estão arrendadas para a Maestra na operação de cabotagem no Brasil.

Em 18 de novembro de 2011, a controlada Maestra assinou contrato com o armador japonês Nippon Yusen Kabushiki Kaisha (“NYK”), para aquisição de 10% do negócio de cabotagem, diluindo a participação da Companhia e seus

Notas Explicativas

outros acionistas, com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços de cabotagem no Brasil.

vi) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

b) Eventos relevantes ocorridos no segundo trimestre de 2012

Emissões de Notas Promissórias

i) *1ª Emissão de Notas Promissórias*

A Companhia emitiu notas promissórias comerciais, no montante de R\$300.000, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

Liquidação de Debêntures

ii) *2ª Emissão de Debêntures*

Em 4 de maio de 2012, a Companhia liquidou a 2ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$140.384 com recursos provenientes da 1ª Emissão de Notas Promissórias.

Administração de aeroportos

ii) *Assinatura do Contrato de Concessão - Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos)*

Conforme descrito no item a) vi), a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. assinou com a Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do

Notas Explicativas

Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais – ITRs - em 9 de agosto de 2012.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 30 de junho de 2012, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

Notas Explicativas

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

2.3. Critérios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto na proporção das suas participações, conforme segue:

Companhias	Controle	30/06/12		31/12/11	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada em conjunto	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada em conjunto	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("Maris Gaudium") (i)	Controlada	-	100,0	-	100,0
Starport Participações Ltda. ("Starport") (i)	Controlada	-	99,9	-	99,9
Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita") (iii)	Controlada	-	100,0	12,0	88,0
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	Controlada	-	100,0	-	100,0
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonaus S.A. - Terminais Portuários ("Portonaus")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda ("Moss") (v)	Controlada	-	91,0	-	-
Maestra Navegação S.A. ("Maestra")	Controlada em conjunto	58,5	-	58,5	-
Maestra Shipping LLP ("Maestra LLP") (iv)	Controlada em conjunto	-	58,5	-	58,5
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.	Controlada em conjunto	58,5	-	58,5	-
NTL - Navegação e Logística S.A ("NTL")	Controlada em conjunto	58,5	-	58,5	-
Trevally Participações e Investimentos S.A (" Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Canoas Energia S.A ("Rio Canoas")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	99,0	-	99,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos S.A. ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações Ltda ("Jahy")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Luve Participações e Investimentos S.A. ("Luve") (vi)	Controlada	-	-	100,0	-
Santa Clara Participações e Investimentos S.A. ("Santa Clara") (vii)	Controlada	-	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB") (vi)	Controlada em conjunto	45,0	-	-	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV") (vii)	Controlada em conjunto	-	22,95	-	-
Tijoa Participações e Investimentos S.A. ("Tijoa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	99,0	-	99,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-

- (i) As controladas Maris Gaudium, Starport e TPI-Log detêm cada uma 16,7% de participação na Portonave S.A..
- (ii) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconnave.
- (iii) A controlada Santa Rita detém 100,0% de participação na controlada TPB.
- (iv) A controlada Maestra detém 100,0% de participação na controlada Maestra LLP.
- (v) Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonaus adquiriu 91% de participação da Moss, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).
- (vi) Em 7 de maio de 2012, a controlada Luve Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Aeroportos Brasil S.A.
- (vii) Em 11 de maio de 2012, a controlada Santa Clara Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

Notas Explicativas

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Controladora	1.366.372	1.360.542	4.633	7.683
Equivalência patrimonial não reconhecida:				
Maestra	-	-	-	100
Rio Paraíba	-	-	-	388
Outras controladas	-	-	-	81
Ganho na redução de participação:				
Luve	-	-	(21)	-
Santa Clara	-	-	(22)	-
Participação de acionistas não controladores	(39)	-	19	(4.641)
Consolidado	1.366.333	1.360.542	4.609	3.611

No período que serviu de base para a preparação das informações trimestrais, a controlada Maestra apresenta passivo a descoberto. Por consequência, os investimentos nas respectivas controladas estão registrados pelo valor zero nas informações trimestrais da controladora.

Em 2011, a Companhia reavaliou a política adotada e passou a reconhecer investimentos negativos para os quais apresentam passivos a descoberto, sendo os mesmos reconhecidos na rubrica de “Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias”.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis no segundo trimestre de 2012.

3.1. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações para efeitos de IFRS: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as informações trimestrais de 30 de junho de 2012.

Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, os quais deverão ser adotados também pelo CPC, a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenham um impacto significativo em suas demonstrações financeiras, com exceção da adoção dos IFRS 10 e 11, os quais podem alterar a apresentação dos balanços patrimoniais e resultados consolidados da Companhia.

O IFRS 10 substituirá o IAS 27 e o SIC 12; e o IFRS 11 substituirá o IAS 31, sendo suas principais mudanças, a nova e abrangente definição de controle e investidas a serem consolidadas e a forma de reconhecer controle compartilhado em entidades - “joint ventures”. Pelo IFRS 11, não existirá a possibilidade de reconhecer controle compartilhado por meio de consolidação proporcional cabendo somente o reconhecimento através da aplicação do método de equivalência patrimonial. Em consequência, certas investidas no segmento de Porto, Rodovia e Cabotagem deixarão de ser consolidadas proporcionalmente e poderão ser reconhecidas através de equivalência patrimonial e/ou consolidação integral. A Administração está em andamento com estudos para determinação desses efeitos.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Disponibilidades	261	6.805	116.466	115.929
Aplicações financeiras	625	7.436	10.952	26.008
	886	14.241	127.418	141.937

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa, Econorte e Concer constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Portonave possui um “escrow account” junto ao Deutsche Bank para recebimento dos adiantamentos efetuados pela seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii). Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores para a reconstrução da câmara frigorífica. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Triunfo (controladora)	13.409	26.523
Concepa	23.943	7.597
Econorte	5.510	14.686
Concer	1.010	-
Portonave	6.283	6.777
	50.155	55.583
Parcela do circulante	49.095	55.533
Parcela do não circulante	1.060	50

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas

6. Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	18.449	17.114
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	15.286	13.839
Serviços de cabotagem	18.875	10.327
Operação de trading	608	5.139
Outras contas a receber	-	40
	53.218	46.459
Provisão para devedores duvidosos	(97)	(100)
	53.121	46.359
Parcela do circulante	52.164	45.402
Parcela do não circulante	957	957

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	30/06/12	31/12/11
A vencer	53.121	46.359
Vencidos há mais de 90 dias	97	100
	53.218	46.459

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/12	31/12/11
Saldo no início do exercício	(100)	(83)
Adições	-	(17)
Recuperações/ realizações	3	-
Saldo no final do exercício	(97)	(100)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no período.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.088	4.231	6.495	4.609
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	138	128
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	464	1.736	2.086	2.598
Programa de Integração Social – PIS	8	8	345	47
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	1.512	177
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	32	32	2.980	2.563
Outros	62	59	209	259
	6.654	6.066	13.765	10.381
Parcela do circulante	6.654	6.066	11.260	8.071
Parcela do não circulante	-	-	2.505	2.310

Notas Explicativas

8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
<u>Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:</u>		
Imposto de renda diferido	19.469	10.513
Contribuição social diferida	7.009	3.784
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	14.377	13.908
Contribuição social diferida	5.176	5.007
	46.031	33.212

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização do ágio advindo de incorporação da controlada Concepa e gastos diferidos baixados no resultado em 2008.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável são conforme segue:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2012	4.934
2013	6.305
2014	8.262
2015	4.481
2016	5.988
2017	8.576
Após 2017	7.485
	46.031

Notas Explicativas

9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$20.007, R\$24.897 e de R\$15.087, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das informações trimestrais, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas informações trimestrais, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/06/12			31/12/11		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Econorte	-	-	-	10.000	-	-
Concer	3.751	-	-	158	-	-
Rio Verde	3.057	-	-	2.458	-	-
Concepa	-	-	-	6.717	-	-
TPI-Log	20.156	-	-	5.578	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (iii)	-	36.918	2.376	-	38.969	3.568
Outros:						
Concepa	33	-	-	31	-	374
Outros	-	101	-	-	101	-
Total do circulante	26.997	37.019	2.376	24.942	39.070	3.942
Mútuos financeiros:						
Portonave (i)	54.205	-	(712)	48.568	-	7.774
NTL (ii)	24.016	-	826	22.372	-	3.607
Maestra (v)	7.189	-	33	-	-	13
Vetorial (iv)	229	-	-	216	-	1
Outros:						
Outros	3.713	-	-	234	-	28
Total do não circulante	89.352	-	147	71.390	-	11.423
Total	116.349	37.019	2.523	96.332	39.070	15.365

- (i) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.
- (ii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,75% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Notas Explicativas

Os principais contratos firmados em 2012 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado					
	30/06/12			31/12/11		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	3.057	-	-	2.736	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	-	-	-	534	-
CTSA (Portonave) (i)	-	1.668	-	-	262	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	2.104	-	-	3.539	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	1.338	-	-	1.252	-
Outros:						
Outros	-	611	-	-	2	-
Total do circulante	3.057	5.721	-	2.736	5.589	-
Mútuos financeiros:						
NTL (iii)	10.383	-	302	9.284	-	1.497
Vetorial (iv)	229	-	-	216	-	1
Maestra (vii)	3.063	-	-	-	-	-
Outros:						
Outros	3.213	-	-	142	-	-
Total do realizável a longo prazo	16.888	-	302	9.642	-	1.498
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (v)	1.283	-	-	74	-	17.551
CTSA (Rio Canoas) (vi)	22.817	-	-	31.985	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (v)	18.188	-	763	28.507	-	2.759
Total do não circulante	42.288	-	763	70.208	-	21.808
Total	62.233	5.721	1.065	72.944	5.589	21.808

- (i) As Concessionárias de Rodovias e a Portonave contrataram a Construtora Triunfo S.A. (“CTSA”), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) A Triunfo e a NTL possuem um mútuo entre elas. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (vi) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.
- (vii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Notas Explicativas

10. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 30 de junho de 2012, o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda, sendo o investimento, no montante de R\$ 254.210 (R\$ 259.944 em 31 de dezembro de 2011), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos da controlada Rio Verde foram segregados entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” e o resultado reclassificado para o resultado de “Operações Descontinuadas” para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participação (%)	Participações a comercializar	
		30/06/12	31/12/11
Capital Social	99,99	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	15.354	30.428
Ajuste de avaliação patrimonial	100	87.951	89.701
Reserva de lucros	100	20.905	10.415
		254.210	260.544

A equivalência patrimonial calculada neste período foi de R\$9.340.

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas	30/06/2012	31/12/2011
Ativos		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	161	248
Contas a receber	9.835	9.230
Impostos a recuperar	8.003	8.007
Aplicações financeiras vinculadas	14.671	17.625
Despesas antecipadas	48	268
Outros créditos	1.175	542
	33.893	35.920
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.843	4.017
Impostos a recuperar	12.002	16.001
Imobilizado	582.100	592.966
Intangível	42	47
	597.987	613.031
Total do ativo	631.880	648.951
Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas	30/06/2012	31/12/2011
Passivo		
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	18.075	22.056
Fornecedores	1.138	1.129
Salários e encargos sociais	268	148
Obrigações fiscais	4.072	3.744
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.034	3.910
Dividendos a pagar	3.057	2.458
Outras obrigações	8.533	4.406
	39.177	37.851
Passivo não circulante		
Empréstimo e financiamentos	293.129	304.259
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.308	46.209
Outras obrigações	56	88
	338.493	350.556
Patrimônio líquido		
Capital social	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.354	30.428
Ajuste de avaliação patrimonial	87.951	89.701
Reserva de lucros	20.905	10.415
Total do patrimônio líquido	254.210	260.544
Total do passivo e patrimônio líquido	631.880	648.951

Notas Explicativas

Demonstração do resultado de operações descontinuadas	30/06/2012	30/06/2011
Receita operacional líquida	52.662	43.482
Custos operacionais		
Salários e encargos sociais	(69)	(157)
Administradores	(488)	(249)
Operação e manutenção	(4.214)	(4.095)
Compra de energia elétrica	(199)	-
Depreciação	(11.547)	(11.380)
Encargos do setor elétrico	(6.443)	(6.186)
Total dos custos operacionais	(22.960)	(22.067)
Lucro operacional bruto	29.702	21.415
Despesas operacionais, líquidas		
Salários e encargos sociais	(832)	(610)
Administradores	(160)	(250)
Administrativas	(2.161)	(848)
Depreciação e amortização	(77)	(60)
Outras receitas e despesas	(296)	(257)
Total das despesas operacionais, líquidas	(3.526)	(2.025)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	26.176	19.390
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	959	779
Despesas financeiras	(12.734)	(17.243)
Total do resultado financeiro	(11.775)	(16.464)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	14.401	2.926
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.790)	(3.524)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	729	2.515
Lucro líquido do período	9.340	1.917
Lucro por ação básico e diluído – R\$	0,1323	0,0271

Notas Explicativas

<u>Fluxos de Caixa de operações descontinuadas</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	9.340	1.917
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação	11.619	11.438
Amortização	5	604
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12.228	13.410
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(729)	(2.515)
Baixa de bens do imobilizado	49	55
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(605)	45
Impostos a recuperar	4.004	3.663
Outros variações no ativo ativos	2.541	172
Fornecedores	9	131
Obrigações sociais	120	100
Obrigações fiscais	328	(842)
Imposto de renda e contribuição social correntes	122	868
Outras obrigações	118	3.447
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	39.149	32.493
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(804)	(687)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(804)	(687)
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	(15.074)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(23.358)	(31.792)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(38.432)	(31.790)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(87)	16
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	248	59
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	161	75

Notas Explicativas

Demonstrações do valores adicionados de operações descontinuadas	30/06/2012	30/06/2011
Receitas	58.315	48.274
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
Receitas relativas à venda de energia	58.315	48.274
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(13.683)	(14.869)
Custos aplicados nos ativos próprios	(11.320)	(10.677)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.363)	(4.192)
Valor adicionado bruto	44.632	33.405
Depreciação	(11.624)	(11.438)
Amortização	-	(604)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	33.008	21.363
Valor adicionado recebido em transferência	959	779
Receitas financeiras	959	779
Valor adicionado total a distribuir	33.967	22.142
Distribuição do valor adicionado	33.967	22.142
Pessoal	1.183	1.045
Remuneração direta	1.007	662
Benefícios	131	343
F.G.T.S.	45	40
Impostos, taxas e contribuições	10.649	5.717
Federais	10.599	5.693
Estaduais	7	21
Municipais	43	3
Remuneração de capitais de terceiros	12.796	13.463
Juros relativos à capitais de terceiros	12.734	13.410
Aluguéis	62	53
Lucros (prejuízo) retidos do exercício	9.340	1.917
Lucro (prejuízo) do período	9.340	1.917

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação da controlada Rio Verde como “Participações a Comercializar” e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Gastos com apólices de seguros (i)	34	84	6.147	6.074
Outros gastos	358	37	2.637	125
	392	121	8.784	6.199
Parcela do circulante	392	121	7.182	4.324
Parcela do não circulante	-	-	1.602	1.875

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

Notas Explicativas

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 30/06/12	Investimentos permanentes em 31/12/11
Econorte	106.087	100,0%	106.087	-	106.087	95.401
Rio Tibagi	4.036	100,0%	4.036	-	4.036	2.116
Concepa	92.077	100,0%	92.077	-	92.077	114.169
Rio Guaíba	7.011	100,0%	7.011	-	7.011	6.622
Concer	436.980	62,5%	273.113	-	273.113	273.072
Rio Bonito	2.435	62,5%	1.522	-	1.522	2.068
Convale	360	100,0%	360	-	360	359
Vessel-Log	-	58,5%	-	-	-	3.636
Tucano	7.677	100,0%	7.677	-	7.677	5.620
Retirinho	393	100,0%	393	-	393	355
Guariroba	1.844	100,0%	1.844	-	1.844	1.786
Santa Rita	98.797	0,0%	-	-	-	11.190
Estrela	723	100,0%	723	-	723	228
Rio Dourado	-	100,0%	1	-	1	1
TPI-Log (*)	663.586	100,0%	662.719	867	663.586	668.065
Trevally	1	100,0%	1	-	1	1
MaNave	5.382	100,0%	5.382	-	5.382	4.513
Portonaus	4.902	100,0%	4.902	-	4.902	-
Rio Canoas	253.104	100,0%	253.104	-	253.104	184.113
Taboca	1.328	100,0%	1.328	-	1.328	1.231
TNE	1	100,0%	1	-	1	1
Anddis	1	100,0%	1	-	1	1
Dable	1	100,0%	1	-	1	1
Jahy	1	100,0%	1	-	1	1
Luve	-	100,0%	-	-	-	1
Santa Clara	-	100,0%	-	-	-	1
Santip	1	100,0%	1	-	1	1
Aeropertos Brasil (*)	231.145	45,0%	104.015	10.225	114.240	-
Aeropertos Brasil Viracopos	43.693	22,95%	10.028	-	-	-
Tijóá	1	100,0%	1	-	1	1
ATTT (*)	10	64,0%	6	4	10	1
Rio Claro	1	100,0%	1	-	1	1
Total Investimentos	1.961.578		1.536.335	11.096	1.537.403	1.374.556
Rio Paraíba	(399)	100,0%	(399)	-	(399)	(399)
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(49)	(49)	(51)
Maestra	(6.553)	58,5%	(3.834)	-	(3.834)	(3.950)
Vessel-Log	(12.604)	58,5%	(7.373)	-	(7.373)	-
NTL	(28.867)	58,5%	(16.887)	(308)	(17.195)	(2.368)
Portonaus	-	100,0%	-	-	-	(3)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48.423)		(28.493)	(357)	(28.850)	(6.771)
Total Investimentos Líquido	1.913.155		1.507.842	10.739	1.508.553	1.367.785

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

Notas Explicativas

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/11	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Transferência	Outros	Investimentos permanentes em 30/06/12	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/11
Econorte	95.401	-	14.247	(3.561)	-	-	106.087	6.301
Rio Tibagi	2.116	-	6.347	(4.427)	-	-	4.036	7.443
Concepa	114.169	-	4.790	(26.882)	-	-	92.077	889
Rio Guaíba	6.622	-	15.949	(15.560)	-	-	7.011	17.099
Concer	273.072	-	7.384	(7.343)	-	-	273.113	4.967
Rio Bonito	2.068	-	6.268	(6.814)	-	-	1.522	6.636
Convale	359	22	(21)	-	-	-	360	(31)
Rio Paraíba	(399)	1	(1)	-	-	-	(399)	(390)
Ecovale	(51)	5	(3)	-	-	-	(49)	(68)
Maestra	(3.950)	-	118	-	-	(2)	(3.834)	(3.093)
Vessel-Log	3.636	1	(11.010)	-	-	-	(7.373)	(2.373)
Tucano	5.620	2.158	(101)	-	-	-	7.677	(83)
Retirinho	355	39	(1)	-	-	-	393	(1)
Guariroba	1.786	77	(19)	-	-	-	1.844	(24)
Santa Rita	11.190	3	(35)	-	(11.158)	-	-	(15)
Estrela	228	559	(64)	-	-	-	723	(1)
Rio Dourado	1	-	(1)	-	-	-	-	(1)
TPI-Log	668.065	4.736	(218)	(20.155)	11.158	-	663.586	9.439
NTL	(2.368)	-	(14.827)	-	-	-	(17.195)	(6.145)
Trevally	1	1	(1)	-	-	-	1	(3)
MaNave	4.513	916	(47)	-	-	-	5.382	(14)
Portonauas	(3)	5.219	(314)	-	-	-	4.902	-
Rio Canoas	184.113	69.001	343	-	-	-	253.104	(1.241)
Taboca	1.231	118	-	-	-	-	1.328	(1)
TNE	1	1	-	-	-	-	1	-
Anddis	1	1	-	-	-	-	1	-
Dable	1	1	-	-	-	-	1	-
Jahy	1	1	-	-	-	-	1	-
Santip	1	1	-	-	-	-	1	-
Luve	1	-	(6)	-	-	(1)	1	-
Santa Clara	1	-	(6)	-	-	(1)	-	-
Tijoá	1	1	-	-	-	-	-	-
ATTT	1	10	(1)	-	-	-	10	-
Rio Claro	1	1	-	-	-	-	1	(1)
Aeropostos Brasil	-	113.500	819	-	-	(79)	114.240	-
Rio Verde (i)	-	-	9.340	-	(9.340)	-	-	1.917
Total	1.367.785	196.373	38.560	(84.742)	(9.340)	(83)	1.508.553	41.206

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 30 de junho de 2012 o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda. Vide nota explicativa nº 10.

Notas Explicativas

13. Imobilizado

Custo	Consolidado										
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. De Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Câmara frigorífica	Embarcações	Outros (ii)	Total
Saldo em 31/12/2011	159.080	546.655	242.208	5.180	11.520	270.071	6.022	42.888	81.351	32.379	1.397.354
Construções / Aquisições	3.067	1.162	6.455	272	291	187.002	1.548	802	559	52	201.210
Baixas	-	-	-	-	(12)	(12.048)	(68)	-	-	(1.347)	(13.475)
Transferências	(44)	142	288	-	3	13.581	-	-	87	(2.323)	11.734
Saldo em 30/06/2012	162.103	547.959	248.951	5.452	11.802	458.606	7.502	43.690	81.997	28.761	1.596.823
Depreciação											
Saldo em 31/12/2011	-	(55.093)	(85.168)	(1.754)	(7.514)	-	(2.365)	(4.341)	(1.517)	(3.401)	(161.153)
Depreciação	-	(2.768)	(3.079)	(106)	(351)	-	(463)	(304)	(2.034)	(800)	(9.905)
Depreciação - Custo atribuído	-	(8.858)	(9.848)	(163)	(758)	-	(66)	(1.035)	-	(146)	(20.874)
Baixas	-	-	-	2	8	-	30	-	-	1	41
Transferências	-	-	(1.119)	-	-	190	-	-	(87)	(190)	(1.206)
Saldo em 30/06/2012	-	(66.719)	(99.214)	(2.021)	(8.615)	190	(2.864)	(5.680)	(3.638)	(4.536)	(193.097)
Valor residual líquido											
Saldo em 31/12/2011	159.080	491.562	157.040	3.426	4.006	270.071	3.657	38.547	79.834	28.978	1.236.201
Saldo em 30/06/2012	162.103	481.240	149.737	3.431	3.187	458.796	4.638	38.010	78.359	24.225	1.403.726
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	4% a 20%	5%	10%	

- (i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.
- (ii) As construções / aquisições ocorridas na rubrica de Outros referem-se substancialmente aos leasings de contêineres, no montante de R\$20.336, que serão utilizados para prestação de serviço de cabotagem.

Custo atribuído ("Deemed Cost")

	Ativos do porto - Portonave	Camara Frigorífica - Portonave	UHE Salto - Rio Verde (*)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 19)	UHE Salto Rio Verde (*)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
Ajuste ao custo atribuído	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	-	552.137
Transferência para operações descontinuadas	-	-	(143.194)	(143.194)	(48.686)	-	-
Depreciação acumulada	(95.427)	(2.165)	-	(97.592)	(33.182)	(4.989)	(69.399)
Saldo em 31/12/2011	592.468	3.319	-	595.787	202.568	(4.989)	482.738
Depreciação do período	(19.839)	(1.035)	-	(20.874)	(7.097)	(1.750)	(15.527)
Saldo em 30/06/2012	572.629	2.284	-	574.913	195.471	(6.739)	467.211

(*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

As controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído de acordo com ICPC10 e CPC 37.

Notas Explicativas

14. Intangível

Custo	Controladora						Total Controladora
	Ágio na aquisição da						
	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	
Saldo em 31/12/2011	41.476	114	267	4.028	37.649	433	83.967
Adições	-	-	-	-	9.101	8	9.109
Baixas	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Saldo em 30/06/2012	41.476	114	267	4.028	46.750	415	93.050
Amortização							
Saldo em 31/12/2011	(18.220)	-	(57)	-	-	(234)	(18.511)
Amortização	(1.177)	-	(19)	-	-	(36)	(1.232)
Baixas	-	-	-	-	-	26	26
Saldo em 30/06/2012	(19.397)	-	(76)	-	-	(244)	(19.717)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2011	23.256	114	210	4.028	37.649	199	65.456
Saldo em 30/06/2012	22.079	114	191	4.028	46.750	171	73.333
Taxa de amortização	(*)	-	(*)	-	-	20%	
Consolidado							
Custo	Ativos de					Total	
	Total Controladora	Concessão de Rodovias (v)	Linhas de Transmissão (vi)	Ágio na aquisição da Portonave (ii)	Outros Intangíveis (vii)		
Saldo em 31/12/2011	83.967	1.626.474	2.663	135.292	37.140	1.885.536	
Adições	9.109	62.985	-	-	17.054	89.148	
Baixas	(26)	(1.070)	-	-	-	(1.096)	
Transferência	-	2.647	-	-	-	2.647	
Saldo em 30/06/2012	93.050	1.691.036	2.663	135.292	54.194	1.976.235	
Amortização							
Saldo em 31/12/2011	(18.511)	(678.701)	(206)	(16.431)	(124)	(713.973)	
Amortização	(1.232)	(34.391)	(88)	-	(43)	(35.754)	
Amortização – mais valia	-	(27.661)	-	-	-	(27.661)	
Baixas	26	1.025	-	-	-	1.051	
Saldo em 30/06/2012	(19.717)	(739.728)	(294)	(16.431)	(167)	(776.337)	
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2011	65.456	947.773	2.457	118.861	37.016	1.171.563	
Saldo em 30/06/2012	73.333	951.308	2.369	118.861	54.027	1.199.898	
Taxa de amortização	-	(**)	4% a 10%	-	-		

(*) Amortização pelo prazo de concessão.

(**) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.

Notas Explicativas

- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Estão representados exclusivamente pelos gastos relativos à implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que foi construída pela controlada Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S.A. visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. Conforme reunião de mediação administrativa, ocorrida na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 20 de setembro de 2009, a controlada Portonave aceitou receber o montante de R\$17.436 (R\$8.718 proporcional à participação da Companhia) da Celesc Distribuição, em 15 vezes, sem correção mediante compensação das faturas mensais, com complementação dos valores adicionais pagas em moeda corrente, caso o valor da parcela seja superior ao da fatura, relativo ao ressarcimento pela participação financeira de consumidor em instalação de transmissão. Por fim, o montante de R\$5.771 (R\$2.886 proporcional à participação da Companhia), relativo a uma subestação de energia que compunha a linha de transmissão foi, através do acordo, reclassificada para o ativo imobilizado. O saldo remanescente da linha de transmissão continuará sendo amortizado pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento
- (vii) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com as controladas Santa Rita, Manave e no Projeto UHE de Garibaldi.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2012 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concepa e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Econorte	34.920	32.401
Concepa	1.451	1.451
Concer	408	408
	36.779	34.260
Parcela do circulante	8.342	7.547
Parcela do não circulante	28.437	26.713

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/06/12	31/12/11
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	25.486	28.278
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	126,5% do CDI	32.250	-
Concepa:				
Capital de giro – Banco Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	19.435	18.420
Capital de giro – Banco Santander	Sem aval	121,5% do CDI	-	8.092
Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	128,5% do CDI	-	98.810
Concer:				
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.283	1.448
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	7.319	8.948
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	2.349	1.693
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Aval da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	5.901	6.429
Financiamento de imobilizado - FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	7% a.a.	88	134
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Alienação fiduciária	18% a.a.	158	233
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118% do CDI	24.066	18.956
Portonave:				
Financiamento de imobilizado - GE Capital	Ações da Portonave, Iceport e Teconnav	Varição Cambial + 5,7452% a.a.	80.650	85.546
Iceport:				
Capital de giro – Banco Safra	Sem aval	CDI + 1,82% a.a.	3	-
Capital de giro – Banco do Brasil	Sem aval	CDI + 0,80% a.a.	1.178	-
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado	Alienação fiduciária	13,0% a.a.	78	158
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Sem aval	12,82% a.a.	224	217
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 8% a.a.	325	470
Arrendamento mercantil – Banco Bradesco	Nota promissória	21,67% a.a.	-	8
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Santander	Alienação fiduciária	TJLP + 5,5% a.a.	52	58
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	11,7% a.a.	256	267
Financiamento de imobilizado – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	65	78
Maestra:				
Conta garantida – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	21.131	-
Capital de giro – Banco Votorantim	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	2.965	-
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES / FMM	Alienação fiduciária	TJLP + 4,16% a.a.	10.511	10.635
Vessel:				
Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim	Alienação fiduciária	CDI + 2,7% a.a.	30.012	29.879
Rio Canoas:				
Financiamento de imobilizado – Banco Safra	Alienação fiduciária	13,22% a.a.	12.495	11.817
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	10,0% a.a.	4.044	2.404
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	TJ462 + 5% a.a.	2.995	687
Conta garantida – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	30.242	-
			315.561	333.665
Parcela do circulante			168.337	118.331
Parcela do não circulante			147.224	215.334

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2012 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	2.275	42.063
2014	4.549	51.693
2015	4.549	33.095
2016	4.549	7.193
2017	4.549	6.337
Após 2017	378	6.843
	20.849	147.224

17. Debêntures

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Triunfo (controladora)	212.402	381.475
Concepa	186.324	22.523
Econorte	108.136	114.452
Maestra	51.786	48.842
Rio Canoas	159.137	150.631
	717.785	717.923
Parcela do circulante	247.699	216.951
Parcela do não circulante	470.086	500.972

a) Triunfo

1ª Emissão

Em 1 de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais. Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e 2010 são de R\$27.206 e R\$52.749, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e são remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.

Notas Explicativas

Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$ 163 e R\$317 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.

3ª Emissão

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$185.196 e R\$187.887, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização a iniciar em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$4.173 e R\$4.474 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

b) Concepa

4ª Emissão

Em 30 de junho de 2012 encontra-se em circulação 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, realizada em 1º de setembro de 2006, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais, com a liquidação da última parcela prevista para setembro de 2013. As debêntures referentes à quarta emissão são atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebem uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 dessas debêntures são de R\$24.542 e R\$22.523, respectivamente.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$339 e R\$469 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

5ª Emissão

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$161.782.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas

Notas Explicativas

semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$3.938 em 30 de junho de 2012.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª segunda emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$108.136 e R\$114.452, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.579 e R\$1.743 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

d) Maestra

1ª Emissão

Em 15 de julho de 2011, foram emitidas 80 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$80.000, amortizáveis mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015. Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$88.523 (R\$51.786 valor proporcional à participação na Companhia) e R\$83.491 (R\$48.842 valor proporcional à participação na Companhia).

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,55% ao ano, e são remuneradas mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.720 (R\$1.006 valor proporcional à participação na Companhia) e R\$1.720 (R\$1.006 valor proporcional à participação na Companhia) em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

Notas Explicativas

e) Rio Canoas

1ª Emissão

Em 22 de novembro de 2011, foram emitidas 150 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$150.000. Elas terão um prazo de vigência de 13 meses, vencendo em 30 de dezembro de 2012. A referida emissão foi efetuada no contexto da negociação do financiamento de longo prazo do empreendimento junto ao BNDES e poderá ser liquidada antecipadamente por ocasião da liberação dos recursos deste financiamento de longo prazo. Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$ 159.137 e R\$150.631, respectivamente.

As debêntures farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.183 e R\$1.178 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacífico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a Companhia constitui uma conta reserva de amortização e as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2012, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

Notas Explicativas

Ano	Controladora	Consolidado
2013	-	43.250
2014	-	64.983
2015	43.994	125.768
2016	43.994	132.893
2017	43.994	58.596
2018	43.995	44.596
	175.977	470.086

18. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	2.275	3.806
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	6.018	12.237
Imposto de Renda Retido na Fonte	13	13	1.019	1.042
Cofins	2	2	2.014	2.786
PIS	1	1	447	1.318
INSS	4	4	763	517
Imposto Sobre Serviços	1	1	3.173	3.715
Imposto sobre Operações Financeiras	41	41	1.206	381
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	27	27	3.328	147
Outros impostos e contribuições	-	-	3.387	2.174
	89	89	23.630	28.123
Parcela do circulante	89	89	20.058	23.622
Parcela do não circulante	-	-	3.572	4.501

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/06/12	31/12/11
Portonave	-	3.269
Maestra	3.894	3.945
NTL	44.672	22.207
Vessel	29.309	12.628
Triunfo	311.391	271.753
	389.266	313.802

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Portonave foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base

Notas Explicativas

negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Reserva de reavaliação	113.731	123.090
Custo atribuído – ICPC 10 (Nota 13)	195.471	202.568
Variação cambial	3.733	5.729
Estorno de amortizações – ICPC 01	38.116	35.090
	351.051	366.477

20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Aquisição de investimento na Santa Rita	-	21.498	-	21.498
Aquisição de direito de exploração de superfície	10.250	10.250	10.250	10.250
Aquisição de investimento na Moss	-	-	1.000	-
	10.250	31.748	11.250	31.748
Parcela do circulante	-	21.498	1.000	21.498
Parcela do não circulante	10.250	10.250	10.250	10.250

a) Aquisição de investimento na Santa Rita

Em 2011, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme mencionada na nota explicativa nº 1 a) iv). O saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012.

b) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

c) Aquisição de investimento na Moss

Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonauus celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das Quotas Sociais de Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500, conforme nota explicativa nº 1 a) iv). Em 1º de

Notas Explicativas

abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 (R\$19.617 no consolidado) durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 (R\$8.701 no consolidado) foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 (R\$10.916 no consolidado) será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 (R\$16 no consolidado) e para implantação de adutora o valor de R\$156 (R\$98 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 (R\$4.964 no consolidado) à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1 (R\$0,625 no consolidado). O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286 (R\$179 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Receita recebida antecipadamente	9.859	10.294
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.333)	(1.386)
	8.526	8.908

Notas Explicativas

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			30/06/12
	31/12/11	Complemento	Pagamentos	
Processos cíveis	548	603	(153)	998
Processos trabalhistas	172	842	(78)	936
Total provisão	720	1.445	(231)	1.934

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$20.961 e R\$18.307 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

As principais alterações que aconteceram dos litígios divulgados pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31/12/2011 para o segundo trimestre de 2012 foram as inclusões dos processos trabalhistas e cíveis advindos da aquisição da controlada Moss, no montante de R\$1.000.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2007 é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, e em 30 de junho de 2012 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal no montante de R\$512.979.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Notas Explicativas

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando o capital a da mesma data, após o qual o capital passou a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

b) Dividendos

O montante de dividendos pagos em 2012 refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes do exercício de 2011, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2012, calculado conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2011	21.802
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.090)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	42.661
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	25.157
Base de cálculo de dividendos	88.530
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.133
Dividendos distribuídos e aprovados em 2011	(20.000)
Dividendos distribuídos e pagos em 2012	2.133
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,0146

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

Notas Explicativas

d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 14, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	4.633	7.683
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	146.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	1.583.562	884.932
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.554.903)	(884.932)
Resultado por ação – básico	0,03173	0,05262
Resultado por ação - diluído	0,03173	0,05262

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 2011 e 2012, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

f) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro líquido	4.633	7.683
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	20.918	21.882
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	15.527	12.629
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	41.078	42.194
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(232)	(384)
Resultado do exercício à disposição dos acionistas	40.846	41.810

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Ágio em transações de capital

Esse ágio corresponde a mais valia referente a aquisição dos 12% da participação na Santa Rita, de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

24. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	243.836	218.826
Operação de carga de terceiros - porto	71.924	56.573
Operação de carga própria - porto	26.099	22.775
Construção de ativos das concessões de rodovia	62.985	34.005
Operação de cabotagem	31.789	1.767
Outros	3.285	2.320
	<u>439.918</u>	<u>336.266</u>
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(36.221)	(27.417)
	<u>403.697</u>	<u>308.849</u>

25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Notas Explicativas

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembléia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembléia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora e consolidado			
	30/06/12		31/12/11	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	1.500.000	9,00	1.000.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	500.000	9,00	500.000	9,00
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	1.500.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Ações exercíveis	1.583.562	1.333.333
Prazo de vida útil (anos)	6	6
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$ 4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas nos trimestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 são de R\$1.197 e R\$856, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$1.039 (R\$743 em 30 de junho de 2011) e despesa com pessoal no montante de R\$158 (R\$113 em 30 de junho de 2011).

Notas Explicativas

26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura	Importância segurada (i)
Econorte	Danos patrimoniais e perda de receita	473.275
Concepa	Garantia de execução da concessão	13.193
Concer	Responsabilidade civil	12.920
Concer	Garantia de execução da concessão	13.331
Concer	Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	69.169
Concepa	Riscos operacionais	19.978
Portonave	Seguro operador portuário	US\$ 166.000
Concer e Concepa	Frota de veículos	100% da tabela FIPE (ii)
Rio Verde	Responsabilidade civil	10.000
Rio Verde	Riscos operacionais	330.000
Rio Canoas	Responsabilidade civil	24.000
Rio Canoas	Risco de engenharia	616.076

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Não são considerados os percentuais de participação da Triunfo. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

(ii) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

27. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$10.486.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 e 1.500.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 30 de junho de 2012 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$4.291 (R\$4.359 em 30 de junho de 2011) na controladora e de R\$8.600 (R\$7.772 em 30 de junho de 2011) no consolidado respectivamente, sendo que, desses montantes, R\$1.039 (R\$743 em 30 de junho de 2011) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas

28. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de junho de 2012 e de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Lucro contábil antes dos impostos de operações em continuidade	4.633	7.683	(3.597)	3.745
Lucro antes dos impostos de operação descontinuada	-	-	9.340	1.917
Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro	4.633	7.683	5.743	5.662
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(1.575)	(2.612)	(1.953)	(1.925)
Exclusões (adições) permanentes	1.575	2.612	819	(126)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	(1.134)	(2.051)
Alíquota efetiva			19,7%	36,2%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

Notas Explicativas

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	1.296	498	4.762	2.273
Juros recebidos	-	-	-	18
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	6.992	1.856	4.189	133
Outros juros e descontos obtidos	332	-	1.719	1.176
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(26.277)	(14.243)	(45.382)	(26.594)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(3.401)	(6.618)	(17.285)	(23.504)
Outros juros, multas e atualizações	(1.639)	(705)	(7.086)	(5.362)
Impostos sobre operações financeiras	(85)	(350)	(1.050)	(866)
Variação cambial, líquidas	-	-	(8.272)	5.335
Resultado financeiro	(22.782)	(19.562)	(68.405)	(47.391)

30. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	127.418	141.937	127.418	141.937
Aplicações financeiras vinculadas	50.155	55.583	50.155	55.583
Contas a receber, líquidas	53.121	46.359	53.121	46.359
Impostos a recuperar	13.765	10.381	13.765	10.381
Depósitos judiciais	1.608	1.429	1.608	1.429
Total	246.067	255.689	246.067	255.689
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	315.561	333.665	315.561	333.665
Debêntures e prêmio de não conversão	717.785	717.923	717.785	717.923
Notas promissórias	299.448	-	299.448	-
Fornecedores	61.007	57.647	61.007	57.647
Salários, provisões e contribuições sociais	17.616	13.025	17.616	13.025
Dividendos	-	10.399	-	10.399
Impostos a pagar	23.630	28.123	23.630	28.123
Arrendamento mercantil	19.174	24.835	19.174	24.835
Outras obrigações	11.250	31.748	11.250	31.748
Total	1.465.471	1.217.365	1.465.471	1.217.365

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2012 e 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12

Notas Explicativas

meses, cuja média foi de 10,0% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável (I) (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	8,53%	6,40%	4,27%
Triunfo (controladora)		1.197	898	599
Concepa		2.042	1.532	1.021
Econorte		470	353	235
Concer		176	132	88
Portonave		976	732	488
Rio Canoas		350	263	175
		<u>5.211</u>	<u>3.910</u>	<u>2.606</u>
R\$61.107 (**)				

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de junho de 2012 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 30 de junho de 2012, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de junho de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável (I) (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI	CDI	10	13	15
R\$121 (**)		<u>10</u>	<u>13</u>	<u>15</u>
1ª Emissão de Debêntures	IGP-M	1.407	1.758	2.110
2ª Emissão de Debêntures	IPCA	10.186	12.732	15.279
3ª Emissão de Debêntures	CDI	25.543	31.929	38.314
R\$511.850 (**)		<u>37.136</u>	<u>46.419</u>	<u>55.703</u>
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	8,53%	10,66%	12,80%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	5,17%	6,46%	7,76%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,50%	6,88%	8,25%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de junho de 2012

Notas Explicativas

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	30/06/2012		
		Cenário Provável(I)(*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil - Controladora	CDI	10	13	15
CCB – Concepa	IGP-M	1.005	1.256	1.507
BNDES – Concer	TJLP	532	665	798
Capital Giro – Concer	CDI	2.053	2.566	3.079
Financiamento GE – Portonave	VC (dólar)	15.923	17.308	28.750
Capital Giro – Iceport	CDI	101	126	151
CCB – Maestra	CDI	253	316	379
Finame – Rio Bonito	TJLP	35	44	52
BNDES – NTL	TJLP	578	723	867
CCB - Vessel	CDI	2.560	3.200	3.840
CCB - Rio Canoas	CDI	1.066	1.332	1.599
CCB - Rio Canoas	TJLP	165	206	247
Finame – Rio Canoas	TJLP	222	278	334
R\$198.776 (**)		24.503	28.033	41.618
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IGP-M	1.407	1.758	2.110
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	10.186	12.732	15.279
Notas Promissórias-Triunfo (Controladora)	CDI	25.543	31.929	38.314
Debêntures - Econorte	CDI	9.224	11.530	13.836
Debêntures - Concepa	IGP-M	9.633	12.041	14.449
Debêntures - Maestra	CDI	4.417	5.522	6.626
Debêntures - Rio Canoas	CDI	13.574	16.968	20.362
R\$862.265 (**)		73.984	92.480	110.976
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	8,53%	10,66%	12,80%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	5,17%	6,46%	7,76%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações	VC (dólar)	2,09	2,61	3,14
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	5,50%	6,88%	8,25%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de junho de 2012

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

Notas Explicativas

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	57.736	28.278	315.561	333.665
Debêntures (Nota 17)	212.402	381.475	717.785	717.923
Notas Promissórias (Nota 34)	299.448	-	299.448	-
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(886)	(14.241)	(127.418)	(141.937)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	(13.409)	(26.523)	(50.155)	(55.583)
Dívida Líquida	555.291	368.989	1.155.221	854.068
Patrimônio Líquido	1.366.372	1.360.542	1.366.333	1.360.542
Total do capital	1.921.663	1.729.531	2.521.554	2.214.610
Índice de alavancagem financeira - %	28,90	21,33	45,81	38,57

Notas Explicativas

31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em seis segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: As controladas Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: As controladas TPI-LOG, Starport, Maris Gaudium, Santa Rita, TPB, Portonauus, Moss, MaNave, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Cabotagem: As controladas Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel;
- Energia: As controladas Rio Canoas, Rio Claro e TNE;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Trevally, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Luve, Santa Clara, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

Notas Explicativas

	30/06/2012							Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Aeroportos	Outros	Holding		
Operações em continuidade									
Receita operacional líquida	285.217	92.006	26.474	-	-	-	-	-	403.697
Custos dos serviços prestados	(167.198)	(66.769)	(54.230)	-	-	-	-	-	(288.197)
Lucro bruto	118.019	25.237	(27.756)	-	-	-	-	-	115.500
Receitas (Despesas) operacionais	(22.457)	(13.501)	(2.384)	(938)	(54)	(213)	27.415	(38.560)	(50.692)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	95.562	11.736	(30.140)	(938)	(54)	(213)	27.415	(38.560)	64.808
Resultado financeiro	(23.960)	(14.581)	(8.838)	926	830	-	(22.782)	-	(68.405)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	71.602	(2.845)	(38.978)	(12)	776	(213)	4.633	(38.560)	(3.597)
Imposto de renda e contribuição social	(16.642)	2.249	13.259	-	-	-	-	-	(1.134)
Lucro líquido das operações em continuidade	54.960	(596)	(25.719)	(12)	776	(213)	4.633	(38.560)	(4.731)
Participações a comercializar									
Lucro após o imposto do exercício resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	-	-	9.340	9.340
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	54.960	(596)	(25.719)	(12)	776	(213)	4.633	(29.220)	4.609
Participação de acionistas não controladores	-	(19)	-	-	-	-	-	-	(19)
Lucro líquido do exercício	54.960	(615)	(25.719)	(12)	776	(213)	4.633	(29.220)	4.590
Ativos totais por segmento	1.094.241	1.048.983	156.785	493.130	104.243	11.986	2.016.347	(1.297.367)	3.628.348
Passivos totais por segmento	595.794	376.019	184.879	240.024	228	9	649.975	(162.583)	1.884.345

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

	30/06/2011							Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding			
Operações em continuidade									
Receita operacional líquida	232.716	74.649	1.484	-	-	-	-	-	308.849
Custos dos serviços prestados	(136.148)	(56.293)	(2.363)	-	-	-	-	-	(194.804)
Lucro bruto	96.568	18.356	(879)	-	-	-	-	-	114.045
Receitas (Despesas) operacionais	(19.980)	(11.142)	(16.522)	(1.290)	(14)	27.245	(41.206)	(41.206)	(62.909)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	76.588	7.214	(17.401)	(1.290)	(14)	27.245	(41.206)	(41.206)	51.136
Resultado financeiro	(24.055)	3.269	(6.986)	(57)	-	(19.562)	-	-	(47.391)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.533	10.483	(24.387)	(1.347)	(14)	7.683	(41.206)	(41.206)	3.745
Imposto de renda e contribuição social	(9.232)	(1.110)	8.291	-	-	-	-	-	(2.051)
Lucro líquido das operações em continuidade	43.301	9.373	(16.096)	(1.347)	(14)	7.683	(41.206)	(41.206)	1.694
Operações Descontinuadas									
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	1.917	1.917
Lucro líquido do exercício antes da participação de acionistas não controladores	43.301	9.373	(16.096)	(1.347)	(14)	7.683	(39.289)	(39.289)	3.611
Participação de acionistas não controladores	-	55	4.586	-	-	-	-	-	4.641
Lucro líquido do exercício	43.301	9.428	(11.510)	(1.347)	(14)	7.683	(39.289)	(39.289)	8.252
Ativos totais por segmento	1.074.921	1.053.568	106.623	140.168	474	1.890.726	(996.297)	(996.297)	3.270.183
Passivos totais por segmento	568.929	378.165	90.138	2.505	12	511.285	(107.554)	(107.554)	1.443.480

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

Notas Explicativas

32. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer (valores não proporcionalizados à participação da Companhia)

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012 a 2013	198.453
2014 a 2021	33.795
	<u>232.248</u>

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012	45.050
2013	15.648
2014 a 2017	6.971
	<u>67.669</u>

Até 30 de junho de 2012, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 30 de junho de 2012 são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012 a 2014	1.106
2015 a 2017	1.223
	<u>2.329</u>

Notas Explicativas

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 30 de junho de 2012, estão previstos investimentos no montante de R\$450.845.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012	24.360
2013	29.600
2014	31.342
2015	15.055
Após 2015	350.488
	<u>450.845</u>

d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 1 a) i).

f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público (“UBP”). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O Ofício GBP nº 3700, de 27 de outubro de 2011, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011. O montante da obrigação foi reconhecida nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de

Notas Explicativas

junho de 2012, na rubrica de outros débitos, no montante de R\$9.023, segregados em R\$7.343 no curto prazo e R\$1.680 no longo prazo.

33. Arrendamento mercantil

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem. A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 30 de junho de 2012, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	30/06/2012			
	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	58	27	6.976	6.739
Após um ano, mas menos de 5 anos	63	71	12.198	11.675
	121	98	19.174	18.414

34. Notas Promissórias

Em 02 de maio de 2012, a Companhia realizou a 1ª distribuição pública de Notas Promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 300 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo o valor total de R\$300.000, com vencimento em 180 dias da emissão. As Notas promissórias serão liquidadas com recursos de longo prazo a serem obtidos pela Companhia através da emissão de debêntures simples previsto para o terceiro trimestre de 2012. O saldo em 30 de junho de 2012 é de R\$299.448, líquido dos gastos de emissão, que são apresentados como redutores do saldo devedor e representam o montante de R\$5.484.

As Notas Promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Intrafinanceiros de um dia, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, acrescido de uma sobretaxa de 1,60% a.a., calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis desde a data de emissão, até a data de seu efetivo pagamento na data do resgate e ou liquidação antecipada e na data do vencimento.

Notas Explicativas

Em garantia das notas promissórias, a Companhia cedeu à alienação fiduciária de quotas da controlada Rio Guaíba e a vinculação de dividendos.

Os recursos captados por meio da emissão foram exclusivamente utilizados pela emissora para: i) pagamento do saldo devedor da 2ª emissão de debêntures da Companhia; ii) para investimentos em suas sociedades controladas no curso ordinário de seus negócios.

35. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da Controladora no período findo em 30 de junho de 2012 totalizaram R\$ 83 (R\$ 197 no Consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 99 (R\$ 226 no Consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de junho de 2012 é 500 participantes.

36. Eventos subsequentes

a) Portonave – 1ª Emissão de debêntures

Em 11 de julho de 2012, a controlada Portonave emitiu 2.500 debêntures simples e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$250.000, com vencimento em 11 de julho de 2017. As debêntures não terão atualização do valor nominal unitário e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas médias diárias de DI, acrescida de sobretaxa de 1,65% a 2,25% a.a.. A remuneração será paga em 10 parcelas semestrais, sendo o 1º pagamento em 11 de janeiro de 2013 e o último em 11 de julho de 2017.

Os recursos captados foram utilizados para liquidar antecipadamente o contrato de empréstimo indexado ao dólar junto à General Eletric Capital Co., no montante de R\$178.651 que havia sido captado em maio de 2006 para financiamento da construção e dos equipamentos necessários para operação do porto.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:						Posição em 30 de junho de 2012 (Em Mil Ações)
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	88.009	60,28	-	-	88.009	60,28
João Villar Garcia	1.910	1,31	-	-	1.910	1,31
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.825	1,25	-	-	1.825	1,25
Miguel Ferreira Aguiar	2.000	1,37	-	-	2.000	1,37
Wilson Piovezan	1.890	1,29	-	-	1.890	1,29
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,41	-	-	600	0,41
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	450	0,31	-	-	450	0,31
Sandro Antônio de Lima	11	0,01	-	-	11	0,01
Paula Paulozzi Villar	14	0,01	-	-	14	0,01
Squadra Investimentos	14.193	9,72			14.193	9,72
Vinci Partners	9.860	6,75			9.860	6,75
QVT Financial LP	5.465	3,74			5.465	3,74
UBS AG LONDON BRANCH	2.934	2,01			2.934	2,01
MORGAN STANLEY URUGUAY LTDA	1.492	1,02			1.492	1,02
Deutsche Bank (i)	2.231	1,53	-	-	2.231	1,53
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros	13.116	8,98	-	-	13.116	8,98
Total	146.000	100,0	-	-	146.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 30 de junho de 2012 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Wilson Piovezan	32.224	22,5	-	-	32.224	22,5
Antônio J. Monteiro da Fonseca de Queiroz	14.322	10,0	-	-	14.322	10,0
Total	143.218	100	-	-	143.218	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de junho de 2012						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	96.084.295	65,81	-	-	96.084.295	65,81
Administradores						
Conselho de Administração	202	0,00	-	-	202	0,00
Diretoria	624.389	0,43	-	-	624.389	0,43
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	49.291.114	33,76	-	-	49.291.114	33,76
Total	146.000.000	100	-	-	146.000.000	100

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de junho de 2011						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	96.393.395	66,02	-	-	96.393.395	66,02
Administradores						
Conselho de Administração	209.901	0,14	-	-	209.901	0,14
Diretoria	618.766	0,43	-	-	618.766	0,43
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação	48.777.938	33,41	-	-	48.777.938	33,41
Total	146.000.000	100	-	-	146.000.000	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Qd[à~8è[

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

; -æ^

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ
Ü|æ5iã Á[ài^ÁÁçã è[ÁÁÁÁ]{ æ/ ^ÁÁiã ^dæ

São Paulo, 9 de agosto de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luciano Neris
Contador CRC-1PA007729/O-8-S-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 9 de agosto de 2012 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

São Paulo, 9 de agosto de 2012.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 9 de agosto de 2012 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

São Paulo, 9 de agosto de 2012.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Presidente

Sandro Antonio de Lima
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores